



**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

GISIÊ MELLO BALSAMO

**UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DAS MULHERES NO CURSO TÉCNICO
INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA – *CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL.***

JAGUARI/RS.

2020.

GISIÊ MELLO BALSAMO

**UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DAS MULHERES NO CURSO TÉCNICO
INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - *CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Catiane Mazocco Paniz

JAGUARI/RS
2020



INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



GISIÊ MELLO BALSAMO

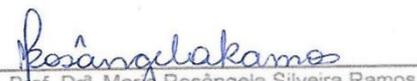
**UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DAS MULHERES NO CURSO TÉCNICO
INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA - CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 20 de abril de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr^a. Catiane Mazocco Paniz
Instituto Federal Farroupilha – Orientadora.


Prof. Dr^a. Maria Rosângela Silveira Ramos
Instituto Federal Farroupilha


Nilzen Acosta Witter
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)



INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Autarquia criada pela Lei nº 11 892 de 29 de dezembro de 2008.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



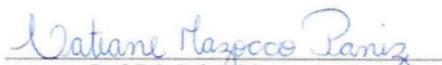
GISIÊ MELLO BALSAMO

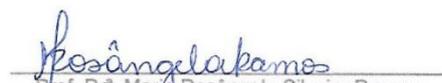
HISTÓRIA DAS MULHERES: CONQUISTA DE DIREITOS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 20 de abril de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Drª. Catiane Mazocco Paniz
Instituto Federal Farroupilha – Orientadora.


Prof. Drª. Maria Rosângela Silveira Ramos
Instituto Federal Farroupilha


Nikelen Acosta Witter
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

B196o Balsamo, Gisiê Mello

Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso técnico integrado em agropecuária do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente / Gisiê Mello Balsamo - Santa Maria, RS: [s.n.], 2020.

104 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari.
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha.
Orientadora: ProF. Drª Catiane Mazocco Paniz.
Inclui bibliografia.
Inclui anexos.

1. Gênero. 2. Mulheres. 3. Agropecuária. I. Título. II. Série.

CDU: 37.015.3

Índice para o catálogo sistemático:

Mulher	396
Agropecuária	631

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

RESUMO

O discurso referente às mulheres no decorrer da história e a consequente construção da desigualdade de gênero na sociedade estabeleceu, culturalmente, o curso de agropecuária como masculino. Nesse sentido, esta pesquisa de mestrado objetivou entender como vem ocorrendo a inclusão das mulheres no curso de agropecuária do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – campus São Vicente do Sul. Com a pesquisa concluiu-se que apesar do aumento do número de mulheres matriculadas no curso e das políticas públicas em favor delas, ainda existe o preconceito de gênero na Instituição. Acredita-se que ainda há a necessidade de reflexão acerca do assunto e a consequente desnaturalização de conceitos e costumes ainda hoje enraizados na sociedade. Sendo um dos objetivos do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica o desenvolvimento de um produto educacional, optou-se pela construção de um Objeto de Aprendizagem que possa proporcionar reflexão acerca do assunto na Instituição e fora dela. Esta pesquisa qualitativa foi um estudo de caso e teve como instrumento de coleta de dados questionários semiabertos e a consulta de documentos da Instituição. A análise dos dados foi realizada a partir da Análise Textual do Discurso (ATD) de Moraes e Galiazzi (2016).

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Agropecuária.

ABSTRACT

The speech referring to women throughout the history and the related construction of gender inequality in the society established the agricultural course having, culturally, a male profile. Taking this fact into account, this work presents the result of a master's thesis that aimed to understand how the inclusion of women in an integrated high school agriculture course on a campus of the Federal Farroupilha Institute (IFFar - Instituto Federal Farroupilha, in Portuguese) has been taking place. The research showed that, despite the late increase in the number of women enrolled in the course, and public policies in favor of it, the gender bias still exists in the Institution. There is still a need for thinking about this subject and the consequent denaturalization of concepts and behaviour that still rooted in today's society. Being the development of an educational product one of the objectives of the Master's Program in Professional and Technological Education, it was chosen to build a Learning Object that allows the reflection on the subject within the Institution and outside of it. This qualitative research was a case study, with data collection carried out from semi-open questionnaires and the inquiry of documents of the Institution. The data analysis was performed using the Textual Discourse Analysis (ATD - Análise Textual do Discurso, in Portuguese) of Moraes and Galiazzi (2016).

KEYWORDS: Agriculture. Women. Gender.

SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAE - Coordenação de Assistência Estudantil

COAGRI – Coordenação de Ensino Agrícola

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FIES – Financiamento Estudantil

IFFAR – Instituto Federal Farroupilha

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

NUGEDIS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual

OA – Objeto de Aprendizagem

PPI – Prática Profissional Integrada

PROUNI – Programa Universidade para todos

SVS – São Vicente do Sul

UFMS – Universidade federal de Santa Maria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estado da Arte.....	12
Quadro 2: Lista de palavras positivas e negativas ouvidas pelas mulheres do curso de agropecuária do IFFar/SVS.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: relação referente ao número de questionários enviados e recebidos.....	53
Tabela 2: Número de mulheres e homens matriculados no curso integrado em agropecuária do IFFar/SVS no decorrer de 10 anos.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Respostas referente a pergunta do questionário: Você considera o curso machista?.....	57
Gráfico 2 - Respostas referente a questão do questionário: você já passou por constrangimento ou preconceito?.....	59
Gráfico 3 - Você conhece alguém que já passou por constrangimento ou preconceito no curso?	59
Gráfico 4 - Respostas referente a pergunta do questionário: Você se sente bem fazendo o curso?	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZANDO A EPT, O IFFAR/SVS E O CURSO DE AGROPECUÁRIA	14
1.1 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil – EPT e o Instituto Federal como facilitador de saberes.	14
1.2. Contextualizando o <i>campus</i> de São Vicente do Sul – local da pesquisa:	19
1.3 Curso de Agropecuária: um mundo essencialmente masculino?.....	21
CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DAS MULHERES NO TEMPO E NO ESPAÇO	25
2.1. A construção histórica da mulher:.....	25
2.2. Discursos sobre a construção de gênero.....	33
2.3. A mulher e o mundo do trabalho:	36
2.4. Movimentos feministas: da primeira à quarta onda do feminismo.....	41
CAPÍTULO 3: PROJETOS SOCIAIS E O EMPODERAMENTO FEMININO	44
CAPÍTULO 4: ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	49
4.1 Caracterização da pesquisa:	49
4.2 Sujeitos da pesquisa:	52
4.3 Instrumentos e procedimentos para a coleta de dados:.....	53
CAPÍTULO 5: RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA:	55
5.1. Os limites para as mulheres da agropecuária:.....	55
5.1.1. O mito da força física e da fragilidade feminina:	57
5.1.2. Discurso de Gênero modelando os papéis sociais:	61
5.1.3. O discurso machista na sociedade e na família:.....	65
5.1.4. Naturalização de discursos machistas:.....	68
5.2. Possibilidades	73
5.2.1. Políticas públicas: em busca do empoderamento feminino:.....	74
CAPÍTULO 6: PRODUTO EDUCACIONAL:	80
7.1 Proposta – Objeto de Aprendizagem (OA)	80
7.2 Descrição do produto:	81
7.3 Avaliação e resultados:	82
CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS:	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS	90
Anexo I – Questionário para as alunas:.....	90
Anexo II – questionário para as ex – alunas:.....	92

Anexo III – Questionário para os profissionais:.....	93
--	----

INTRODUÇÃO

O presente se arraiga ao passado e se lança ao futuro. Portanto, não se pode compreender o presente de forma radical sem antes compreender suas raízes, o que demanda o estudo da sua gênese. (QUADROS, 2017, p. 21).

Historicamente a sociedade se constituiu a partir de preceitos e privilégios do sexo masculino em relação ao feminino. No Brasil, por exemplo, desde o período colonial até boa parte do período republicano, não havia lei específica de proteção às mulheres. O papel social da mulher ideal, inicialmente, era cuidar do lar, dos filhos e do marido, não sendo a ela permitido trabalhar fora e nem estudar. O voto, por exemplo, em nosso país só passou a ser direito delas a partir de 1932. No entanto, alguns países permitiram a elas o exercício da cidadania bem antes, como a Nova Zelândia em 1893 e a Finlândia em 1906, sendo estes os primeiros países a reconhecer o direito das mulheres ao voto.

Aos poucos a mulher foi ganhando espaço na sociedade. No Brasil, em 1827 foi instituída a primeira lei sobre a educação para as mulheres, permitindo que elas começassem a frequentar as escolas elementares. Mas somente em 1879 tiveram a autorização para cursarem o ensino superior, no entanto, ainda sofriam com as críticas da sociedade, uma vez que, não eram bem vistas ao olhar dos demais. As mulheres casadas precisavam da autorização do marido para frequentar o ensino superior, enquanto as solteiras deveriam ter a licença dos pais. O Art. 113º, § 1 da Constituição Federal Brasileira do ano de 1988 “Todos são iguais perante a lei” nos remete a igualdade entre todos na sociedade, mas o que se presencia ainda é a diferenciação entre homens e mulheres em diversas situações cotidianas.

Foi a partir da modernização socioeconômica e do movimento feminista que as mulheres foram conquistando direitos na sociedade e possibilitando mudanças culturais e mentais. Atualmente há políticas públicas, grupos e novos discursos com o objetivo de trazer a importância delas na sociedade.

As mulheres vêm se inserindo cada vez mais no mundo do trabalho, na política e nos papéis antes predominantemente masculinos. No entanto, ainda existem resquícios culturais da prevalência do masculino sobre o feminino e são ainda necessárias muitas conquistas para obter a igualdade de direitos entre os gêneros.

Dessa forma, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), a partir de Políticas Públicas e Educacionais, possui papel importante no processo da inclusão feminina, com a possibilidade de desenvolver programas que proporcionem o ingresso e a permanência das mulheres nos cursos oferecidos.

Assim, o interesse pela presente pesquisa deu-se a partir do ingresso no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no segundo semestre do ano de 2018 no Instituto Federal Farroupilha, campus Jaguari – RS. Em uma aula os professores expuseram a sua formação e linha de pesquisa a fim de que os alunos os conhecessem e pudessem pensar no seu projeto e possível orientador. No momento os discentes realizaram um memorial e tiveram, também, a oportunidade de expor o interesse em uma linha de pesquisa.

Devido a minha formação na área da psicologia, me interessei pela linha de pesquisa da Professora Dra. Fernanda de Camargo Machado a qual tem formação em educação especial, trabalha com Foucault e o processo de inclusão. Inclusão e Foucault foi o que me interessou no momento, assim, no memorial aproveitei e coloquei que gostaria de realizar a pesquisa com esta professora. Em conversa com a mesma chegamos à conclusão de que seria interessante pesquisar a inclusão da mulher em algum curso considerado historicamente masculino, no caso, agropecuária. Além disso, a inclusão da mulher ainda é um tema necessário para ser discutido, pensado e que ainda demanda lutas e conquistas para a desnaturalização de conceitos e costumes ainda hoje enraizado na cultura das sociedades.

No decorrer do primeiro semestre do curso, por questões institucionais, houve mudança de orientadora. Quem passou a me orientar foi a Professora Dra. Catiane Mazocco Paniz e durante os primeiros encontros decidimos por não

trabalhar com o autor Foucault devido a ser uma leitura bastante específica e que demandaria mais conhecimento em relação a sua teoria. No entanto, mantemos o tema mulher e agropecuária.

Tendo toda esta construção histórica referente às mulheres na sociedade, os cursos relacionados a agropecuária desenvolveram-se com o estigma de fazerem parte apenas do universo masculino. A partir disto, surge a possibilidade e a necessidade de implementação de propostas que proporcionem a discussão de gênero e a desnaturalização de discursos.

Entendo que o tema do preconceito em relação à mulher em uma sociedade machista é atual e polêmico e que esse discurso permeia muitos espaços sociais, inclusive as instituições de ensino, como o Instituto Federal Farroupilha - *campus* São Vicente do Sul, necessitando, portanto, de mais estudos na área.

De acordo com Ailse de Cássia Quadros (2017)¹, atualmente há poucas informações relacionadas a educação feminina no ensino técnico, e as que existem, são a maioria estudos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Sendo assim, realizei uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e constatei que realmente as pesquisas que envolvem as palavras, mulher e curso de agropecuária, são poucas. Encontrei uma dissertação sobre a presença feminina no magistério do curso técnico em agropecuária, outra que se refere ao Ensino Médio Integrado, gênero e agropecuária e por fim, uma do Instituto Federal do Rio Grande do Sul que traz em seu texto a relação de gênero no Ensino Técnico em Agropecuária.

Segue abaixo um quadro informativo referente às teses encontradas na BDTD:

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2017).

Título/ano do trabalho	Objetivos e Principais resultados
<p>A presença feminina no magistério do curso técnico em agropecuária no CTUR/UFRRJ na década de 1970. Ano: 2009</p>	<p>Objetivo: Discutir a presença feminina no magistério do curso técnico em agropecuária no Colégio Técnico vinculado à UFRuralRJ (CTUR).</p> <p>Principais resultados: Atualmente ainda as mulheres, como no curso de Agroecologia, lecionam disciplinas ligadas à terra, ao processamento de alimentos, aos pequenos animais. Trator, vacas, projetos ainda não são coisas de mulher. A construção de gênero se faz diariamente em casa, na escola, nos locais de trabalho, ser homem e ser mulher passa pela educação.</p>
<p>Ensino Médio Integrado, representações de gênero e perspectivas profissionais: um estudo com os jovens dos cursos de Agropecuária e Agroindústria em Guanambi/BA. Ano: 2010</p>	<p>Objetivo: Verificar as expectativas em relação ao futuro profissional e as relações de gênero dos alunos e alunas dos cursos de Agropecuária e Agroindústria do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia Baiano – campus Guanambi.</p> <p>Principais resultados: A busca por melhores condições de vida e ascensão econômica atrai jovens tanto da zona rural como da urbana. Nos discursos dos (das) jovens do curso de Agropecuária e nas respectivas representações de gênero foram relatadas situações de discriminação e de não reconhecimento das mulheres no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho e em uma profissão vista como “masculina” e no tratamento diferenciado no âmbito da escola. Essas situações de preconceito não se resumem apenas aos alunos e alunas, mas perpassam também os (as) docentes, bem como por muitos componentes da administração escolar.</p>
<p>Quem disse que não é coisa de menina? Provocações acerca das relações de gênero no Ensino Técnico em Agropecuária do IFRS – campus Bento Gonçalves. Ano: 2014</p>	<p>Objetivo: Identificar como docentes do Curso Técnico em Agropecuária do IFRS – campus Bento Gonçalves compreendem as relações de gênero que se estabelecem entre alunas e os alunos durante o processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Principais resultados: A educação segue sexista na forma como o ensino técnico é encarado. A visão naturalizada dos gêneros, em que as meninas/mulheres são descritas como atenciosas, organizadas e concentradas, sendo o oposto do que se considera os meninos/homens – fortes, desorganizados e determinados. Invisibilidade da produtora rural, estando o trabalho feminino atrelado ao ambiente doméstico enquanto o valor do trabalho está alinhado ao masculino. A condição de subordinação feminina também aparece nos documentos da Cooperativa-Escola e nos livros de Atas do Conselho Consultivo, sendo raro a participação feminina nessas entidades, dificultando a</p>

	análise e imprimindo uma visão masculina da Instituição. Necessidade da desnaturalização de gênero para que aconteçam problematizações em locais em que antes eram predominantemente masculinos.
--	--

Quadro 1 - Estado da Arte.

Portanto, a partir do exposto acima e sendo a escola parte do processo de formação de subjetividade e local onde frequentam muitas pessoas com várias crenças e valores considere importante trazer essa problematização para dentro da instituição IFFAR. Acreditando ainda que há comportamentos e crenças que produzem dificuldades para as mulheres ocuparem espaços nesse mundo culturalmente masculino defini o tema desta pesquisa com o objetivo de propor mudança de crenças e atitudes em relação a elas na Instituição.

Sendo um dos objetivos do Programa de Mestrado Profissional o desenvolvimento de um produto educacional que possa ser utilizado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino dando conta de uma necessidade da Instituição, desenvolvi um Objeto de Aprendizagem (OA). Este atende as demandas do público alvo em questão, como por exemplo, propor mudanças de crenças e atitudes em relação às mulheres no curso de agropecuária a partir de informações acerca de sua história.

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo verificar como está ocorrendo a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha no *campus* de São Vicente do Sul. Diante do exposto, constituí os seguintes objetivos específicos: Compreender a emergência histórica das mulheres a partir da literatura histórica e atual; - Entender os discursos sobre a inclusão das mulheres no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFFAR *campus* São Vicente do Sul a partir da análise de dados da Instituição e do relato das alunas; - Perceber como é ser aluna no curso de agropecuária do IFFAR/SVS a partir de um local de múltiplas crenças e concepções acerca do ser mulher; - Produzir um produto educacional que proporcione reflexão referente ao tema pesquisado e possibilite a mudança de crenças referente as mulheres no curso de agropecuária.

Com o objetivo de conhecer as vivências e experiências das mulheres no curso, enviei via e-mail, um questionário semiaberto para as alunas do segundo e terceiro ano, ex alunas e profissionais do ensino médio integrado em agropecuária do campus.

Para análise dos dados utilizei a Análise Textual Discursiva (ATD) que “corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p.13).

Acredito que discutir e refletir sobre o assunto igualdade/desigualdade, dominação/submissão entre homem e mulher são iniciativas que podem promover mudanças na prática social. Por isso, como resultado da pesquisa desenvolvi um produto educacional que auxilia na reflexão sobre a inclusão das mulheres no Curso Integrado em Agropecuária.

Diante dessas intenções investigativas, organizei esse trabalho da seguinte forma: no Capítulo 1 – Contextualizando a EPT, o IFFar/SVS e o curso de agropecuária: neste apresento a construção histórica da Educação Profissional e Tecnológica e o contexto em que foi desenvolvida a pesquisa. No Capítulo 2 - A construção do papel social das mulheres no tempo e no espaço: abordo a construção histórica do papel social da mulher na sociedade como um todo e a sua luta por direitos. No Capítulo 3 - Projetos sociais e o empoderamento feminino: trago o empoderamento feminino e as políticas públicas em prol dos direitos das mulheres. No Capítulo 4 – Encaminhamentos Metodológicos: caracterizo a pesquisa a partir do tipo de coleta de dados e sujeitos participantes. No Capítulo 5 – Resultado e análise da pesquisa: faço a análise dos dados e discursos trazidos pelas mulheres e que referenciam às crenças em relação a elas no curso. Já no Capítulo 6 – Produto Educacional: descrevo o objeto educacional desenvolvido a partir do resultado da análise dos dados. Por fim, vem o Capítulo 7 com as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZANDO A EPT, O IFFAR/SVS E O CURSO DE AGROPECUÁRIA

1.1 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil – EPT e o Instituto Federal como facilitador de saberes.

Inicialmente convém descrever a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil a fim de situar a filosofia de ensino do local onde será realizada a pesquisa. Ressalta-se que no decorrer da construção histórica da EPT esta também sofreu influência da cultura machista em cada momento evolutivo da sociedade.

A história da EPT inicia no século XIX com o objetivo de profissionalizar os filhos da classe operária que não possuíam recursos financeiros para viver, aliada a isso, a necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho. Quadros (2017), afirma que neste período já existia a dualidade do ensino, sendo o ensino profissional destinado ao povo, enquanto as escolas secundárias e superiores eram frequentadas pela classe dominante. A sociedade era dividida em duas classes sociais, a burguesia com o trabalho intelectual e os trabalhadores com o trabalho manual.

Percebe-se que a educação profissional já nasce impregnada pela dualidade da sociedade brasileira. Baseada em uma distribuição de renda desigual que se fortalece na desigual distribuição do conhecimento, que afeta a todos, agravando-se quando relacionada às mulheres (QUADROS, 2017, p. 34).

Em 1909 o Presidente do Brasil, Nilo Peçanha, assinou o Decreto nº 7.566 criando as Escolas de Aprendizes Artífices que eram ligadas ao Ministério da Agricultura e Comércio que surgiram como promessa de prover os “desfavorecidos de fortuna”. Os objetivos dessas escolas era a qualificação de mão de obra e o controle social da classe menos favorecida, considerada “nociva” à sociedade e à construção da Nação. Segundo Quadros (2017), havia 19 escolas destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, direcionando a escola profissional no país para atuações que atendessem as necessidades dos empreendimentos no campo da agricultura e da indústria.

De acordo com Silvia Maria Manfredi (2002)², inicialmente nas Escolas de Aprendizes, os meninos aprendiam “artes industriais” e as meninas “economia e prendas manuais”. Estas escolas tinham o objetivo de cuidar órfãos e filhos de famílias pobres, educando-os para o exercício de um ofício.

O ensino profissional, técnico e industrial apareceu, pela primeira vez na Constituição Federal, no ano de 1937, colocando a educação técnica sob o encargo do Estado e responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse período a educação era unilateral e pragmática, sendo o trabalhador ensinado para atuar em apenas uma área do conhecimento. Segundo Gaudêncio Frigotto (2009)³, o interesse era formar cidadãos que fossem produtivos e favorecessem a economia burguesa.

Em 1940, com a Reforma Capanema foi a legitimação da dualidade do ensino brasileiro, onde ficou, de um lado o ensino secundário, o qual daria acesso ao ensino superior (formação de intelectuais) e, de outro, os cursos técnicos que formavam mão de obra. (QUADROS, 2017)

O autor apresenta que a Reforma Capanema também trouxe a dualidade educacional a partir da diferença de gênero. A fim de apresentar essas diferenças estabelecidas pela variável sexo, o Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de Abril de 1942 estabeleceu que a educação secundária das mulheres fosse em estabelecimentos de ensino secundário de exclusividade de frequência feminina, enquanto nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, a educação era ministrada em classes exclusivamente femininas. No que se refere

² Graduada na Universidade de São Paulo (1967), mestrado pela University of Colorado(1974), mestrado pela Universidade de São Paulo(1976), doutorado pela Universidade de São Paulo(1983) e pós-doutorado pela UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI BRESCIA(1993). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tópicos Específicos de Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Sindical, Historia, Movimento Sindical.

³ Graduado e Bacharel em Filosofia pela hoje UNIJUI (RS) (1971), graduação em Pedagogia pela UNIJUI (1973), mestrado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (1977) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983).

a orientação metodológica dos programas ressalta-se que tinham a natureza da personalidade feminina, ou seja, a missão da mulher dentro do lar.

Em 1971, no auge da Ditadura Militar e do chamado “milagre econômico”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira modificou todo o currículo do segundo grau para técnico-profissional, aumentando consideravelmente o número de matrículas e cursos diferentes nas Escolas Técnicas Federais. Nesse período surge os Centros Federais de Educação Tecnológica a fim de formar engenheiros de produção e tecnólogos. A lei 5.692/71 dava ênfase a qualificação para um trabalho e como consequência o segundo grau passa a ser obrigatoriamente profissionalizante.

Quadros (2017) afirma que essa forma de ensino não obteve sucesso, trazendo o empobrecimento do ensino médio propedêutico, pois acreditavam ser necessário um maior tempo destinado à prática para a formação técnico profissional. Como consequência, aqueles que tinham condições de pagar o ensino privado e exclusivamente propedêutico, começaram a sair das escolas públicas, uma vez que, seu objetivo era o ensino superior e não a formação de mão de obra.

Com a globalização nos anos de 1980 intensifica-se a tecnologia e as telecomunicações e conseqüentemente surge nova forma de produção, a integrada. No Brasil esse foi um período de inflação e retração do crescimento econômico. Novamente a educação precisou ser modificada a partir da Lei 7.044/82 em substituição a anterior, trazendo a não obrigatoriedade dos colégios técnicos, a preparação para o trabalho e a ênfase em uma formação geral do discente.

Na segunda metade da década de 90 surge uma nova pedagogia institucional com ações que corresponderem às novas demandas da economia do Brasil. Essas demandas deveriam estar relacionadas às necessidades sociais e locais da região de atuação da Instituição.

O Sistema Nacional de Educação Tecnológica foi instituído em 1994 a partir da Lei 8.984 que transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) integrando as escolas agrotécnicas federais ao novo sistema.

Em 1996 com a nova LDB sob número 9.394/96 o foco da educação não seria mais o trabalho, mas sim, preparar o ser humano para a vida, formando pessoas integralmente para que pudessem se adaptar ao mundo contemporâneo. O Ensino médio e a educação profissional focam no sujeito e não mais nos objetivos da economia. Isso vem em resposta a não necessidade de formar para áreas específicas de trabalho, mas sim, uma formação geral na qual o trabalhador esteja preparado não somente para o trabalho, mas sim para a vida.

Essa formação omnilateral e politécnica, segundo o filósofo e pedagogo Dermeval Saviani (1989)⁴, refere-se a um trabalhador que esteja preparado para atuar em várias modalidades de atividades e não adestrado para somente uma função. Ele terá um desenvolvimento multilateral.

A partir do ano de 2003 a política do governo federal apresentava ações voltadas às responsabilidades sociais. Essa nova ideologia trouxe uma visão mais direcionada às questões sociais e ao desenvolvimento local e regional da Instituição de ensino. O objetivo é a melhoria do padrão de vida da população. Nesse período, aumentou o número de escolas federais de formação profissional e tecnológica nas periferias e distantes dos centros urbanos com a abertura de cursos voltados às potencialidades locais.

⁴ Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1966) e doutorado em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971). Professor Emérito da UNICAMP, Pesquisador Emérito do CNPq e Coordenador Geral do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação brasileira, legislação do ensino e política educacional, história da educação, história da educação brasileira, historiografia e educação, história da escola pública, pedagogia e teorias da educação.

Com o objetivo de aproximar a formação dos estudantes ao mundo do trabalho criou-se um planejamento curricular no qual a prática profissional uniu-se aos cursos técnicos. A prática Profissional Integrada (PPI) favorece durante o curso uma formação integral, politécnica, omnilateral e interdisciplinar, a partir da ideologia da instituição de superar a dualidade teoria e prática que vem contra uma herança histórica e dominante do pragmatismo o qual tinha o foco na educação unilateral. (BRASIL, 2010)

No ano de 2008 com a Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro institui-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando então, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil a partir de uma perspectiva social.

O IF é considerado um novo tipo de Instituição de ensino, sendo ele, comprometido com a sociedade brasileira:

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto de experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora da sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (BRASIL, 2010, p. 21).

Um dos objetivos do Instituto Federal é a interiorização de uma educação que seja pública e de qualidade. Quanto à escolha dos cursos, de acordo com a normativa da sua criação, é necessário que este corresponda às necessidades da região em que será ofertado, tendo em vista o desenvolvimento local.

Outro ponto importante é o de que a Educação Profissional e Tecnológica deve contribuir para o progresso socioeconômico, também, através de políticas públicas. Essas, além de estarem vinculadas ao orçamento público, devem estar comprometidas como o social de maneira que contribua para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária. (BRASIL,2010)

Os Institutos, a partir do objetivo de verticalizar o ensino e atender a toda sociedade com a escolarização, oferecem diversas modalidades de educação profissional e tecnológica. Há a integração entre diferentes níveis da educação

básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica. Os Institutos oferecem cursos da Educação Básica com Formação Inicial ou Continuada, o técnico Integrado, Concomitante e o Subsequente ao Ensino Médio. Além disso, a instituição também oferece ensino superior e pós-graduação.

1.2. Contextualizando o *campus* de São Vicente do Sul – local da pesquisa:

Em 17 de novembro do ano de 1954, a partir de um Termo de Acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas, foi criada a Escola Agrotécnica de São Vicente do Sul. Este em conformidade com os Artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470/47 que instalou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946. Na época o mesmo tinha o nome de Escola de Iniciação Agrícola

No ano de 1968 a Escola Agrícola, a partir do Decreto nº 62.178, transferiu-se para a Universidade Federal de Santa Maria, sob a denominação de Colégio Agrícola General Vargas. No ano seguinte, pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, o qual estabeleceu que a orientação didático-pedagógica passaria a ser totalmente exercida pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Em 28 de fevereiro de 1985, através do Decreto nº 91.005, a instituição passou a pertencer a COAGRI - Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Após, através do Decreto nº 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação.

Já em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e a partir disto, o Decreto nº 99.180 estabeleceu que as Escolas Agrotécnicas Federais passariam a ser subordinadas à Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Três anos depois, a Lei 8.731/93, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa,

patrimonial, financeira e disciplinar. Em 15 de abril de 1998, o Decreto nº 2.548, aprovou o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação.

Foi em 13 de novembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro, publicado no Diário Oficial - Nº 221 - Seção 1, a Escola Agrotécnica passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul – CEFET. A partir desse momento houve a ampliação da oferta de cursos e vagas gerando considerável crescimento institucional.

No entanto, em 2006, o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFET à condição de Instituição de Ensino Superior.

Em 2008, a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. A Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, estabeleceu a relação dos campi componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o Campus São Vicente do Sul - RS.

O Instituto Federal Farroupilha é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi a qual integra o conhecimento técnico e tecnológico à prática pedagógica. Possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica.

No IFFar o aluno obtém o conhecimento a partir da prática interagindo com a realidade. Ao mesmo tempo em que o discente adquire o conhecimento consegue-se o desenvolvimento econômico e social de sua região.

O *campus* de São Vicente do Sul, atualmente, está organizado a partir da oferta de cursos técnicos integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio. Ressalta-se que esta pesquisa foi realizada no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao ensino médio.

O Técnico em Agropecuária Integrado do *campus* SVS foi aprovado em 06/03/2008 - Ata Nº 33 - Res CD Nº 002/2008, com 140 vagas, sendo 35 por turma em turno integrado. O tempo de duração do mesmo é de 3 anos.

Tendo o Instituto Federal que promover cursos que correspondam a necessidade da economia local e, sendo a agricultura um dos pilares fundamentais da economia e da forma social desta região, decidiu-se por instituir o curso de agropecuária em SVS. Sendo assim, o *campus* atua com atividades de ensino, pesquisa e extensão que vão ao encontro da via de desenvolvimento local e regional através da formação de indivíduos aptos a mudarem e auxiliarem na realidade.

1.3 Curso de Agropecuária: um mundo essencialmente masculino?

A partir da pesquisa histórica em relação a profissão de técnico agrícola teve-se conhecimento de que a mesma foi oficializada a partir da Lei nº 5.524/68 e posteriormente regulamentada com o Decreto nº 90.922/8, o qual traz em seu texto as atribuições detalhadas dos técnicos agrícolas de nível médio.

Maria Laura Franco (1985) ressalta que o técnico agrícola inicialmente envolvia duas funções principais, a do agente de produção e a do agente de serviço, estando estas em conformidade ao modelo econômico desenvolvimentista da época, ou seja, o tecnicista. A partir disto, o trabalhador estava dividido de acordo com o setor que atuaria, dentro ou fora da empresa.

Sendo assim, o “agente de serviços” estaria subordinado a alguém de nível superior, ou seja, um agrônomo. Em seu trabalho, como extensionista rural, vendedor técnico ou técnico auxiliar ele seria o elemento de ligação entre as empresas e consumidores. No que se refere ao “agente de produção”, este seria autônomo, com sua propriedade e uso de tecnologia, podendo ser até o administrador de uma fazenda de terceiros.

Ao ler a legislação, verifica-se que a mesma não menciona que a atividade de técnico agrícola deve ser exercida exclusivamente por homens. No entanto, Quadros (2017) relata que esta profissão se tornou masculinizada provavelmente

porque era necessário a força física para a realização das atividades, esta que não era atribuída às mulheres. Mesmo com a mecanização e conseqüentemente o aumento do número de máquinas substituindo o trabalho humano, a discriminação em relação a gênero nesse setor persistiu.

O decreto 9.613 de 1946, da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, também contribuiu para a segregação entre os sexos, pois dividiu o curso em duas modalidades de formação, o técnico agrícola e o agrícola pedagógico. Sendo assim, os meninos tiveram a tendência a cursarem o técnico agrícola, pois tinha como função principal a agricultura. Enquanto isso, as meninas cursavam o pedagógico, o qual estava voltado à formação de docentes para o ensino de disciplinas do curso técnico agrícola.

A legislação traz a igualdade de acesso ao ensino agrícola para mulheres e homens, no entanto, na mesma lei, existem critérios para a entrada das mulheres no curso como pode ser reconhecido no artigo 52 quando destaca:

No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais: 1. É recomendável que os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. 2. As mulheres não se permitirão, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado. 3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar. 4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia rural doméstica. 5. Além dos cursos de continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalharem nas lides do lar cursos de continuação de economia rural doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural (BRASIL, 1946).

Sendo assim, a tendência era as meninas, inicialmente, cursarem o Técnico em Economia Rural Doméstica, assegurando mais uma vez a fragilidade feminina e sua limitação ao “lar”. Em sua pesquisa a Quadros (2017) conclui que:

Percebemos que, ao longo dos anos, a instituição e a legislação sofreram alterações no tocante à educação, no entanto o curso escolhido como fonte de pesquisa carrega o estigma, ainda hoje, de ser um curso masculino, e que, embora não seja proibida a entrada de alunas, persiste a barreira do invisível, porém perceptível, levantada pela sociedade e reiterada por meio da cultura local, que identifica o Curso Técnico em Agropecuária como sendo um curso para meninos ou

para mulheres com certo desapego à feminilidade, as chamadas “mulheres-macho” (QUADROS, 2017, p. 58).

Percebe-se que ainda hoje existem guetos profissionais e educacionais na sociedade, dividindo os cursos a partir da variável gênero, como por exemplo, o Curso Técnico em Agropecuária. No entanto, muitas mulheres nem percebem essa separação de gênero nas profissões, pois já está naturalizada na sociedade. Como consequência, as mulheres acabam por escolher cursos e profissões a partir da sua “condição feminina”.

A dificuldade de as pessoas perceberem a diferenciação feita pela sociedade entre homens e mulheres pode ser considerado uma discriminação de “gênero velado”. Como as expressões e significados são socialmente construídos, acabam sendo vistos como natural para as pessoas. Atualmente é comum haver pessoas que não conseguem compreender comportamentos machistas e patriarcais como discriminativos e sexistas.

Os dados do censo agro 2017 realizado pelo IBGE confirma a segregação o perfil essencialmente masculino da atividade agropecuária. A atual situação brasileira na área rural, demonstra que 81% dos produtores rurais são do sexo masculino, enquanto 19% são mulheres. Acredita-se que muitas das mulheres não estão mais na área rural devido a sua invisibilidade na atividade, a sua busca de novos rumos e de seu empoderamento feminino.

No que se refere a migração da zona rural para a urbana, Anita Brumer (2004)⁵ afirma que no Rio Grande do Sul esta é maior no sexo feminino do que no masculino. Essa diferença, segundo o autor, pode ser explicada pela falta de oportunidades às mulheres no meio rural e, inclusive, pelas tradições culturais que priorizam aos homens a execução dos trabalhos agropecuários mais tecnicizados

⁵ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968), Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971) e Doutora (PhD) em Sociologia pela Hebrew University of Jerusalem (1980). Realiza pesquisas sobre agricultura familiar, gênero (mulheres rurais) e geração (jovens rurais), cultura e identidade judaica.

e mecanizados, assim como a predominância na chefia de estabelecimentos e na comercialização de produtos.

O mesmo autor citado acima ressalta que ao homem cabe, geralmente, a exclusividade dos serviços que requerem a força física e o uso de maquinário agrícola, como por exemplo, o trator. No que se refere a mulher, esta é a responsável pela casa, o serviço agrícola que seja mais leve e as atividades domésticas, assim como, o trato com os animais de pequeno porte, ordenha de vacas, cuidados com o pomar, a horta e o jardim.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (BRUMER, 2004. p. 207).

O trabalho das mulheres, afirma Brumer (2004), é visto como de ajuda, sendo praticamente invisível aos olhos da sociedade, mesmo que ultrapassando as práticas vinculadas ao trabalho doméstico e realizando atividades com fim produtivo. Já o trabalho externo e de negociação é quase que exclusivamente dos homens.

Segundo Maria Paulilo (1987)⁶, uma das justificativas para classificar as mulheres como "ajudantes" está relacionada com o tipo de trabalho executado na atividade rural, tendo como diferenciação o trabalho ser "pesado" ou "leve". Segundo a autora, essa diferenciação é cultural, pois se verifica que as mulheres também realizam atividades consideradas "pesadas", como a colheita agrícola, o carregamento de água e o cuidado com a casa e os filhos.

⁶ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1973), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1976), doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987) e pós-doutorado pela The London School Of Economics And Political Science (1997). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, gênero, campesinato, feminismo e movimentos sociais rurais.

Estas categorias “leve” e “pesado” variam de acordo com o sexo do trabalhador, assim como as profissões consideradas femininas que possuem remuneração sempre inferior às consideradas masculinas. Segundo Paulilo (1987), mesmo nas profissões iguais e em cargos iguais os dois sexos têm remuneração diferenciada.

Nesse sentido, percebe-se, através da bibliografia consultada, que há uma discriminação de gênero velada e cultural a qual determina socialmente os cursos a serem realizados pelas pessoas a partir de sua condição biológica. Sendo assim, o próximo capítulo trará a construção histórica do papel social da mulher no mundo e no Brasil.

CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DAS MULHERES NO TEMPO E NO ESPAÇO

2.1. A construção histórica das mulheres:

A história das mulheres, inicialmente, foi uma história contada por homens. A ativista feminista Maria Amélia Teles (2017)⁷ ressalta que as mulheres, inicialmente, não apareciam nos relatos dos livros; se omitia o desenvolvimento de sua condição na sociedade, o seu comportamento e o modo de pensar. O autor traz, referenciando a este período, a frase de Simone de Beauvoir, uma feminista, a qual dizia que toda a história das mulheres foi escrita pelos homens, portanto: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Segundo Margareth Rago (2018)⁸, estas histórias eram contadas a partir da percepção masculina de cada um em relação as mulheres: “Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e

⁷ Ativista **feminista**, foi presa política durante a ditadura militar no Brasil, integra a União de Mulheres de São Paulo, faz parte da coordenação do projeto Promotoras Legais Populares, atua também na Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

⁸ Graduada em História pela USP (1970) e Filosofia pela USP (1979), Mestre em História pela UNICAMP, Doutora em História pela UNICAMP. Professora do Departamento de História da UNICAMP.

inconscientes para os militantes políticos, perdidas e ‘degeneradas’ para os médicos e juristas” (RAGO, 2018, p. 579).

Os poucos textos contados por mulheres são de trabalhadoras do setor fabril, militantes políticas que redigiram denúncias e por entrevistas feitas a elas na hora de procurar um emprego. Os homens que contaram a história delas, inicialmente, eram autoridades públicas como médicos higienistas que definiam as condutas e códigos normativos; policiais, responsáveis pela segurança pública e industriais, receosos das mobilizações operárias. Quase não se tem relatos da percepção das mulheres quanto a sua condição social, sexual e individual. “Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal”. (RAGO, 2018, p. 579).

Teles (2017) relata que com a industrialização europeia e o fim da escravidão começou a urbanização e a sociedade começou a mudar política, social e economicamente. Como consequência, as mulheres começam a questionar a sua condição e papel submisso na sociedade.

A história das mulheres contada por elas, a partir dos seus olhares e passos, começa a partir das lutas e movimentos feministas. Mulheres intelectualizadas ou grupos de mulheres, segundo Teles (2017), começaram a se reunir e reivindicar seus direitos e melhores condições de vida no trabalho.

Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 2017, p. 18).

A forma de divulgação das ativistas, no século XIX, na Europa e no Brasil, era a partir da imprensa. Os jornais tinham o objetivo de alertar as mulheres de suas identidades e direitos, como por exemplo, direito ao voto.

Sendo assim, a primeira luta das mulheres contra a subordinação foi em busca do direito à educação. Segundo Sardenberg; Costa (1994), esta luta foi travada por mulheres letradas das camadas médias e burguesas, as quais se utilizaram da escrita em livros e publicações em jornais literários destinado ao

público feminino. Teles (2017) afirma que em 1827, por exemplo, o estudo era para as mulheres somente até o 1º grau, pois o foco era a preparação para o lar. No entanto, ao homem era garantida a instrução (ler, escrever e fazer contas).

No Brasil, Rachel Soihet (2018)⁹, relata que no século XIX várias mulheres, principalmente da classe média, fundaram jornais e revistas com o objetivo de esclarecer e dar informações às outras. Enaltecia-se as mulheres, faziam campanhas para a educação das mesmas e noticiavam o direito ao voto concedido a elas em outros países.

Em 1888, Josefina Álvares de Azevedo funda, em São Paulo, A Família, que no ano seguido é transferido para o Rio de Janeiro, Josefina foi abolicionista, republicana e desenvolveu intensa campanha pela emancipação da mulher. Pensava ser absurdo residir no homem o princípio da autoridade na família, pois considerava a mulher mais inteligente. Era favorável ao divórcio, ao voto e a elegibilidade da mulher, denunciava ainda a dificuldade de uma boa educação para a mulher e confiava que logo uma igualdade semelhante à alcançada pelas norteamericanas chegaria até nós (TELES, 2018, p, 428).

Cláudia Fonseca (2018)¹⁰, ao rever arquivos de meados do século XIX, afirma que havia violência contra as mulheres, tanto da parte dos patrões quanto dos maridos, os quais muitas vezes abandonavam o lar e deixavam o sustento da casa com a esposa. No entanto, algumas vezes, elas iam embora tentando fugir da autoridade masculina.

As mulheres, nesta época, não podiam mandar o marido embora, uma vez que eram impedidas pelo *status* legal e a opinião pública, então, segundo Fonseca (2018), elas mesmas tinham que sair de casa e deixar tudo, inclusive os filhos.

⁹ Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1959), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1974) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1986). Atualmente é professor titular da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Gênero História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: relações de gênero, rio de janeiro, mulheres, história das mulheres e feminismo.

¹⁰ Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Se era concubina, não tinha nenhum direito a propriedade de seu companheiro; se era casada, dependia da autorização do marido para a prática de qualquer ato local. A mulher 'abandonada' recomeçava a vida com bem mais desvantagens do que o homem em situação semelhante (FONSECA, 2018, p. 524).

Quanto a participação das mulheres no ensino superior na década de 1950, a historiadora Carla Pinsky (2018)¹¹, afirma que maioria cursava magistério porque esse era o mais próximo da função materna, já que esta carregava o papel social de mãe, cuidadora e esposa.

O discurso principal que ajudou na construção de uma imagem inferior das mulheres em relação aos homens foi o modelo científico dominante em relação ao sexo. Durante milhares de anos acreditava-se que homens e mulheres possuíam a mesma genitália. Thomas Laqueur (2001), historiador, sexólogo e escritor americano, relata que a diferença era a de que a genitália das mulheres ficava para dentro do corpo, enquanto a dos homens para fora. No século II d.c., por exemplo, Galeno desenvolveu o modelo de identidade estrutural dos homens e das mulheres. Para ele, o que faltava nas mulheres era um calor vital e, por isso, elas eram essencialmente homens. Esta falta de calor fazia com que os órgãos dos homens, que são para fora, nas mulheres ficavam para dentro. Estas, então, eram considerada um homem imperfeito a quem faltava a força e o calor vital. “Embora sejam de sexos diferentes, em conjunto são o mesmo que nós, pois os que estudaram com mais afinco sabem que mulheres são homens viradas para dentro” (LAQUEUR, 2011, P. 16).

Assim, a vagina era vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos.

No séc. XVIII a visão em relação ao sexo mudou. Laqueur (2011) traz que neste período começou a ser defendido pelos cientistas, através de questões

¹¹ Historiadora e editora. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na Área de Família e Gênero (1999); mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) (1992); bacharel e licenciada em História pela Unicamp (1989). Autora de artigos acadêmicos nas áreas de História Social, Historiografia, História das Mulheres e Estudos de Gênero. Foi pesquisadora do Núcleo de estudos de gênero Pagu - Unicamp (1992-1999). É membro do Conselho editorial da Editora Contexto.

biológicas constatáveis, que não existia somente um sexo, mas sim, dois. Essa é uma época que também começou a ser visto que as diferenças entre homens e mulheres não eram somente a partir do sexo, mas também, quanto a moral e aspectos físicos. Em 1759, pela primeira vez na história, apareceu em um livro de anatomia um esqueleto feminino detalhado que mostrava as diferenças em relação ao esqueleto masculino.

Em 1803, o médico Jacques-Louis Moreau afirmou que as mulheres em relação aos homens era uma série de oposições e contrastes e que as características do corpo representavam o ser mulher. Este antigo modelo, o qual classificava ser homem ou mulher a partir do grau de perfeição metafísica (calor vital), com o tempo deu lugar a crença de que as diferenças também podiam ser vistas em blocos microscópicos e não mais no corpo visível ou não. (LAQUEUR, 2001).

É neste momento que os papéis sociais de homens e mulheres passam a ser moldados a partir da vida política, econômica e cultural dos homens. Havia, então, dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos. (LAQUEUR, 2001).

Portanto, quando foi defendido as diferenças corporais entre os sexos, homens e mulheres já estavam marcados por representações de poder entre os gêneros. Assim, estes deveriam seguir um tipo de conduta social e emocional adequadas a natureza biológica do “seu sexo”. Aqueles que não seguiam as normas, seriam dados como indivíduos desviantes, anormais e doentes.

Com base no pensamento iluminista justificava-se a tradicional desigualdade entre homens e mulheres de modo a tornar compatível com os ideais igualitários da época. Para isso, usavam a ideologia de que todos os “homens” eram iguais, no entanto, as mulheres eram mentalmente frágeis e infantis, trazendo como consequência a incapacidade para realizar tarefas intelectuais, científicas e políticas. (LAQUEUR, 2001).

Quanto ao período colonial no Brasil, momento em que a população era explorada em benefício do capitalismo europeu, a sociedade se organizou de

forma patriarcal sendo o poder, as decisões e os privilégios exclusivo dos homens. Ronald Raminelli (2018) afirma que as mulheres pertencentes às elites tinham o papel social de esposa e mães dos filhos legítimos do senhor. Cabia a elas tarefas como fiação, tecelagem, rendas e bordados.

No entanto, Emanuel Araújo (2018)¹² relata que na colônia era necessário que as mulheres soubessem um pouco de aritmética e de escrita para poder realizar algumas atividades do lar. Esse ler e escrever pressupunha um mínimo de educação formal a qual era realizada em casa ou em recolhimentos, espécie de conventos. Nestes locais, as mulheres também aprendiam as práticas domésticas e preparava-se para o casamento. Segundo o autor, somente aos homens era possível um estudo mais completo e aprofundado.

A historiadora Mary Del Priore (2018)¹³ ressalta a visão médica sobre as mulheres no período colonial. Estas eram vista somente em relação à possibilidade da reprodução feminina aprofundando conhecimentos da madre (nome dado ao útero).

Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc (PRIORE, 2018, p. 83).

No período do Brasil Império a Europa dava início a Revolução Industrial. Algumas mulheres começam a participar de lutas Republicanas, como Anita Garibaldi, e lutar por seus direitos, principalmente à educação. Teles (2017) afirma que durante a abolição da escravatura tiveram várias mulheres que estiveram inclusive à frente das lutas pela liberdade dos negros.

¹² Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília.

¹³ Especialista em História do Brasil, Mary Del Priore concluiu o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo e pós-doutorado na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, na França. Lecionou História em várias universidades brasileiras, tais como a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e a Universidade Salgado de Oliveira. É colaboradora de periódicos nacionais e internacionais, científicos ou não.

Maria Ângela D’Incao (2018)¹⁴ traz o século XIX como de transformações para a sociedade brasileira. O capitalismo e a vida urbana levaram ao surgimento da burguesia e novas formas de organização familiar e doméstica para as mulheres burguesas. Estas eram valorizadas pela maternidade e sua intimidade, com um lar acolhedor, filhos educados e sendo elas dedicadas ao marido e as crianças. Neste momento as mulheres ainda não participavam do trabalho produtivo. “A família patriarcal brasileira, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa grande e dominava a senzala” (D’INCAO, 2018, p. 223).

Com a abolição da escravatura, a mão de obra escrava foi sendo substituída pelas mulheres colonas nas áreas rurais paulista. Maria Aparecida Silva (2018)¹⁵ relata que essas passam a atuar na agricultura de exportação no século XIX, época do colonato. Os fazendeiros da agricultura cafeeira contratavam famílias para trabalharem na sua propriedade. Esta família deveria pelo menos um membro do sexo masculino entre 12 e 45 anos e a maior parte dos membros tinham que estar aptos ao trabalho.

Segundo Silva (2018) às mulheres sem filhos pequenos cabiam as tarefas dentro de casa, na roça e no cafezal, no entanto, o salário delas estava englobado no valor ganho pela família, sendo este, controlado pelo pai ou marido. Para o recebimento do salário, as mulheres e as crianças eram consideradas meia enxada, enquanto os homens em perfeitas condições físicas eram considerados enxada. Portanto, as mulheres na época não tinham a permissão para terem o seu próprio dinheiro.

No que se refere a educação escolar feminina, Quadros (2017) afirma que em 1930 houve um progresso em relação ao aumento do tempo de escolarização

¹⁴ Pesquisadora sobre o Brasil, relações entre grupos sociais e a natureza, estudos da modernidade e da globalização no Brasil. Estudou Ciências Sociais na USP, Professora na pós-graduação da Unesp/ Araraquara, pós-doutoramento na Universidade de Oxford.

¹⁵ Professora Livre Docente do Departamento de Sociologia da Unesp – Campus de Araraquara.

das mulheres devido a obrigatoriedade do curso ginasial. Com a criação do curso de Pedagogia, Ciências e Letras e com a obrigatoriedade do curso ginasial aumentou a possibilidade para as mulheres terem acesso ao ensino superior.

Quadros (2017) traz que outro fator que contribuiu para o aumento do número de mulheres no ensino superior foi a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. A LDB trouxe em seu texto a possibilidade da educação profissional ser equivalente aos cursos Secundários, trazendo como resultado, a possibilidade dos secundaristas do curso Normal, que eram em sua maioria mulheres, ingressarem no ensino superior.

Com o objetivo de verificar a situação das mulheres em todos os setores de atividades, em 1976 foi criada a Comissão Parlamentar Mista sobre a Condição da Mulher:

- Estabelecimento de igualdade de oportunidades para ambos os sexos quanto a programas e currículos escolares;
- Inclusão, nos currículos escolares de todos os graus de estudo, do desenvolvimento psicossocial e análise da situação da mulher;
- Reavaliação dos livros didáticos a fim de que, se necessário, sejam reescritos para que reflitam uma imagem não estereotipada do papel da mulher na sociedade;
- Revisão dos cursos de formação e treinamento de professores para promover mudanças em atitudes preconceituosas; intensificação de programas de orientação educacional visando encaminhar ambos os sexos para novas ocupações e novos papéis dentro da família e da sociedade;
- Desenvolvimento de um programa educativo para mudar atitudes em geral, de pais e de professores e para conscientizá-los da necessidade de igualdade de tratamento das crianças de ambos os sexos desde a mais tenra idade. (QUADROS, 2017, P. 33).

Evidencia-se que neste momento as mulheres começam a fazer parte de outros meios sociais tidos anteriormente como proibido a elas. Neste período inicia, inclusive, um trabalho social em prol de seus direitos.

Tendo em vista o discurso histórico em relação às mulheres na sociedade, o próximo subcapítulo trará a construção da ideologia de gênero no decorrer do tempo.

2.2. Discursos sobre a construção de gênero

Antigamente a distinção entre homens e mulheres, era diferenciada pelas características fisiológicas de cada um. No entanto, no decorrer do tempo, tornou-se necessário diferenciar sexo de gênero. Gisele Gomes (2011)¹⁶ traz em seu texto que para a sociologia a denominação sexo é as partes anatômicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e feminino. Gênero são as diferenças psicológicas, culturais e sociais, portanto, aquilo que a cultura traz socialmente como ser mulher e ser homem.

Sabe-se que o processo de produção do gênero masculino e feminino vem sendo construído desde a antiguidade através da cultura das sociedades. Ana Maria Colling (2015)¹⁷ relata diversas práticas discursivas e não discursivas que a sociedade construiu a respeito do corpo feminino.

A palavra gênero surgiu somente na década de 80 por teóricas feministas com o objetivo de introduzir na história global que a relação entre os sexos não seria um fato natural, mas sim, construído socialmente. Segundo a Colling (2015), falar em gênero tira a condição das mulheres de serem determinadas pelo sexo ou natureza.

Sabe-se que a igualdade de gênero é uma pauta histórica dentre as reivindicações sociais e populares em todo o mundo. Desde o século XVIII as mulheres se mobilizam por direitos civis, políticos e sociais, incluindo reivindicações como direito ao voto, ao divórcio, a educação, a igualdade salarial,

¹⁶ Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007), Mestrado em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, Imprensa, gênero e representações femininas.

¹⁷ Professora permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); pesquisadora da UNESCO na Cátedra Diversidade cultural, Gênero e Fronteiras. Mestre em História da Brasil pela UFRGS e Doutora em História pela PUCRS com estágio na Universidade de Coimbra, Portugal. Investiga temas relacionados à história das mulheres, feminismos, educação e gênero, discurso e poder.

condições adequadas de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos e participação em espaços de poder.

Isso porque a imagem das mulheres que se construiu ao longo da história é o de ser uma pessoa que representa ser responsável pela maternidade, pelo casamento e o cuidado do lar. Já ser homem significa a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura. As crianças já eram e ainda são ensinadas desde cedo, sendo a menina educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. Antigamente as moças que quisessem casar deveriam estar preparadas para as prendas domésticas, uma vez que o matrimônio era a porta de entrada para a realização feminina. (COLLING, 2015).

Quanto ao trabalho adequado para as mulheres, na década de 1950, Pinsky (2018) relata que cresceu a participação feminina no mercado de trabalho. Para as mulheres surgiram oportunidades para trabalhar em outros setores como de enfermeira, assistente social, professora, funcionária burocrática. Esses eram papéis sociais aceitos para as mulheres e exigiam maior qualificação e escolaridade, provocando mudanças no *status* social das mesmas.

No chamado Anos Dourados, Pinsky (2018) afirma que as Revistas destinada às mulheres tratavam somente de “assuntos femininos” reforçando a diferença sexual defendida na sociedade e o modelo de família exemplar. Traziam regras de comportamento e dicas de como ser feliz em vários aspectos pessoais e sociais as quais promoviam valores de classe, raça e gênero.

A religião também foi um meio de propagar a ideologia de gênero na sociedade e contribuiu para o papel social das mulheres a partir da variável gênero.

Quanto ao discurso religioso em relação as mulheres se tem que durante muito tempo a igreja Católica foi a responsável pela educação das pessoas e disseminou a ideologia patriarcal nas sociedades. Colling (2015) traz em sua obra o discurso de Santo Ambrósio, arcebispo de Mediolano que se tornou um dos mais influentes membros do clero no século IV: “Adão foi induzido ao pecado por Eva

e não Eva por Adão. É justo pela mulher seja recebido por ela como soberano”. Este pensamento embasava as práticas pedagógicas da época na qual a mulher era a culpada e deveria servir ao homem.

Colling (2015) refere o discurso religioso influenciando na construção social e cultural de como seria ser mulher na época. O mito da criação, na qual Adão e Eva são expulsos do Paraíso devido a Eva cometer o pecado, direciona a crença de que as mulheres são pecadoras e inferior ao homem. Além de Eva pecadora, há também o papel da Virgem Maria como assexuada, discursos esses que subjetivam as mulheres até na atualidade. “Aos homens, o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar as mulheres são perigosas para a ordem pública” (COLLING, 2015, P. 24)

Jane Almeida (2007)¹⁸ relata que inicialmente a Igreja Católica no Brasil estava direcionada à elite e o povo em geral estava às margens das Instituições. Para estes, a união se dava pelo concubinato, os filhos não eram batizados e não possuíam as bênçãos do clérigo. Sendo assim, as mulheres que não faziam parte da elite eram consideradas pela Igreja como desviantes, uma vez que estavam em desacordo com a moral pregada pela instituição. A consequência para essas pessoas era a punição pelo pecado e a ameaça pelo inferno.

A menina tornava-se esposa e mãe honrada, primeiramente criada na casa dos pais com um destino profetizado, depois casada na igreja, vestida de branco para demonstrar a virgindade. Na visão da sociedade misógina, a maternidade era o ápice na vida de toda mulher. Doravante ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o menino Jesus, que teria como missão ser o salvador do mundo (ALMEIDA, 2007, p. 59).

Segundo Almeida (2007), a analogia feita pela Igreja era a de que as mulheres ao serem mães, afastavam-se da figura de Eva pecadora e aproximavam-se de Maria, assexuada, a mulher que pariu Jesus. Esta condição

¹⁸ Professora do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba.

das mulheres não as permitia sentir prazer no relacionamento sexual, sendo o sexo somente com a finalidade de procriar.

A ideologia de caráter religioso vai reger a sexualidade da mulher e do casal, perpassando toda a vida social do século XIX e estendendo-se ao século XX. Seria veiculada na sociedade, na família e na educação. Nas escolas, as moças seriam instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; na igreja deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos ditos impuros; na família impedir-se-ia toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade, embora houvesse transgressões que costumavam ser severamente punidas (ALMEIDA, 2007, p. 61)

Almeida (2007) relata que as mulheres desviantes dos padrões religiosos, na época, eram vistas como alguém que ameaçava o equilíbrio da família e da sociedade. Já as mulheres que correspondiam aos padrões da Igreja era aquela preparada para o casamento e a maternidade, sendo essas também, a maneira pela qual se atingiria a salvação.

Tendo em vista este padrão social e comportamento esperado, pela sociedade, para que a mulher ideal assumisse, o próximo subcapítulo trará o papel que elas assumiram no mundo do trabalho ao longo do tempo.

2.3. As mulheres e o mundo do trabalho:

“Aos homens, o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar as mulheres são perigosas para a ordem pública” (COLLING, 2015, p. 24).

No decorrer da história foi grande a dificuldade das mulheres para se inserirem no mundo das ciências e da pesquisa. Vera Lúcia Cardoso (2016)¹⁹ diz que a produção do conhecimento científico era uma atividade essencialmente masculina. No entanto, com o passar dos anos, as necessidades econômicas e sociais fizeram com que as mulheres aos poucos se inserissem na pesquisa e no mundo do trabalho.

¹⁹ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A educação profissional e tecnológica iniciou no Brasil na época da colônia. Nesta época as famílias das camadas menos privilegiadas da sociedade passavam por esse modelo de aprendizagem, chamados no momento de ofícios manufatureiros. (Cardoso, 2016)

As crianças e jovens eram levadas para casas onde se aprendia a instrução primária junto de outras atividades como tipografia, encadernação, tornearia, sapataria e alfaiataria. A partir de 1809 com um decreto o príncipe regente criou o Colégio das Fábricas dando início a busca pela profissionalização. Em 1909 Nilo Peçanha criou 19 escolas de aprendizes artífices para a classe menos favorecidas a fim de trabalharem nas fábricas com serviços manuais e econômicos.

Com o capitalismo e a busca crescente de lucros as relações sociais e familiares mudaram. A família não mais produzia o suficiente para seu consumo. As fábricas começam a produzir e a necessitar de mão de obra.

Neste período, Segundo Sardenberg; Costa (1994), inicia a divisão sexual do trabalho, assim como também, o mundo do trabalho (público) do da família (privado e doméstico). Inicialmente, aos homens cabia o trabalho produtivo e fora do lar, enquanto às mulheres restava o trabalho em casa e sem remuneração.

No momento em que os homens, chefe de família, passam a não ser suficiente como mão de obra das fábricas, as mulheres passam a ser requisitadas na produção fabril. Sardenberg; Costa (1994) afirmam que como consequência a Revolução Industrial trouxe o aumento significativo da força de trabalho feminina. Nos anos entre 1950 e 1960, com o processo de modernização da agricultura, iniciou o processo de urbanização. Na cidade, as famílias tinham mais gastos e não plantavam para a sua subsistência. Segundo Silva (2018), os homens deixaram de ter o papel de pai-marido-patrão e não conseguiram mais sustentar a sua família, sendo assim, as mulheres e os filhos foram obrigados a trabalhar para ajudar no sustento de todos. Nesse momento, as mulheres passam por um intenso processo de exploração e dominação passando pela discriminação no salário e assédio sexual. Portanto, a independência financeira das mulheres não diminuiu

a desigualdade entre elas e os homens. “Estão presentes na cultura, nas ideias, nos símbolos, na linguagem, no imaginário; enfim, formam um conjunto de representações sociais que impregnam as relações” (SILVA, 2018, p. 563).

O interesse nas mulheres como mão de obra era também porque essa já possuía um papel social passivo e submisso, sendo, portanto, mais fácil de mantê-las com baixos salários em relação aos homens. As mulheres além do salário menor, tinham jornadas de trabalho excessivas e em condições insalubres. (Sardenberg; Costa,1994)

As classes populares começaram a ser pressionadas a seguir padrões de comportamentos e organização que fossem semelhantes aos padrões parisienses. O objetivo da classe burguesa era modernizar e higienizar as cidades, como por exemplo, o Rio de Janeiro na época da Belle Époque (1890 – 1920). (Soihet, 2018)

As mulheres pobres trabalhavam em sua moradia em atividades domésticas desvalorizadas e produziam para o mercado, exercendo tarefas de engomadeira, lavadeiras, floreiras, cartomantes, entre outros possíveis biscates. Eram responsáveis por ajudar no sustento da família quando esta não era chefiada por uma mulher.

Nesta época, as mulheres consideradas honestas pela sociedade não andavam pelas ruas sozinhas, pois esta era considerada espaço de desvio. No entanto, aquelas de classe inferior que necessitavam trabalhar para sobreviver tinham que sair e eram mal vistas pela sociedade. Há relatos que esse foi um período de violência contra a as mulheres, uma vez que houve resistência das camadas populares.

Deve-se ter em mente que para muitos a rua assumia ares de lar, onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir, da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez (SOIHET, 2018, p. 367).

Segundo Soihet (2018), até existiam semelhanças entre as mulheres de diversas classes sociais, no entanto, as mulheres populares, apresentavam

características próprias e padrões específicos de acordo com a sua condição de vida. Estas mulheres, embora fossem subalternas, não se adaptavam às características consideradas universais para as mulheres, como por exemplo, ser submissa, recatada e delicada. “Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil”. (SOIHET, 2018, p. 367).

As mulheres da classe popular lutavam pela sobrevivência da família e arrumavam trabalhos desvalorizados, mas que lhe rendiam algum dinheiro. Os homens, sabendo ser esse um papel masculino, segundo os padrões burgueses, irritavam-se por não conseguir cumprir com o seu papel na família, partindo muitas vezes para a violência contra a mulher.

Com a Proclamação da República e a importância da educação para modernizar o país, o magistério começa a transformar-se em trabalho de mulheres. Guacira Louro (2018)²⁰ relata que começou a surgir a necessidade de mestres e mestras com boa formação e para isso, começou a surgir escolas normais de formação de professores e professoras. Estas instituições eram para homens e mulheres, no entanto, estudavam em classes separadas, preferencialmente em turnos e escolas diferentes.

Segundo Louro (2018), a atividade docente na maioria das sociedades, havia sido iniciada por homens. Aqui no Brasil, por exemplo, quem ensinava eram os jesuítas. No entanto, começou a haver a necessidade de as mulheres fazerem parte da docência, uma vez que, as aulas para meninas deveriam ser ministradas por “senhoras honestas”. (Louro, 2018).

²⁰ Graduada em História (1969) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação pela UNICAMP (1986). Em 1990 fundou o GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero), coordenando este grupo de pesquisa até 2000. Tem no currículo diversos livros publicados, assim como artigos e capítulos que em sua maioria tratam de questões de gênero, sexualidade e Estudos, quase sempre pensados pelo campo da Educação.

A “feminização do magistério”, segundo Louro (2018), foi consequência do processo de urbanização e industrialização que aumentou as chances de emprego aos homens e liberou a docência às mulheres. As transformações urbanas, novos hábitos e comportamentos produziam novos sujeitos sociais, sendo também, um dos motivos do aumento do número de mulheres na docência.

Essa inserção das mulheres na docência teve resistências, críticas e discussões, pois não se concebia “entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação das crianças” (LOURO, 2018, p. 449).

No entanto, Louro (2018) relata que havia pessoas que defendiam a presença das mulheres na escola, uma vez que estas tinham “por natureza” o jeito para cuidar de crianças, sendo a docência com crianças uma extensão da maternidade. As características da docente deveria ser as mesmas que a “boa mulher” na sociedade deveria apresentar: paciência, minuciosidade, afetividade, doação.

Esse trabalho fora de casa era considerado transitório e só permitido as mulheres solteiras ou viúvas, uma vez que, nessa época era função da mesma cuidar da casa, do marido e dos filhos. Essa é uma das razões para os baixos salários pago a elas, já que o sustento da família era papel dos maridos e os das mulheres seria somente um complemento. Algumas mulheres tinham o salário do magistério como seu sustento e o da família, sendo esse, na época, um trabalho digno e adequado para a sociedade. (Louro, 2018).

As lutas, por volta de 1970, por direitos iguais aos dos homens, maiores salários e melhores condições de trabalho passam a ser parte da vida das professoras e não mais somente dos operários. Surgem sindicatos para representar os profissionais nas reivindicações e também greves. Este é um novo sujeito social que se constitui – professora sindicalizada, trabalhadora da educação. (Louro, 2018).

Rago (2018) afirma que era muito difícil para as mulheres ingressarem em um campo de trabalho que era definido como naturalmente masculino. As tarefas femininas eram menos especializadas e mal remuneradas. Como não havia legislação trabalhista que protegesse as trabalhadoras, elas começaram a lutar por condições melhores de trabalho, reclamavam da falta de higiene nas fábricas, do controle disciplinar e do assédio sexual sofrido por elas.

O fato de as mulheres saírem de casa para trabalhar gerava desconforto na sociedade, uma vez que, acreditavam, segundo Pinsky (2018), que as mulheres saindo de casa deixariam de lado os afazeres domésticos, ameaçando a organização do lar e até o matrimônio.

Conviviam, então, muitas vezes em conflito, as visões tradicionais sobre os papéis femininos com a nova aliada que atraía as mulheres para o mercado de trabalho, a obtenção de uma maior independência e a possibilidade de satisfazer crescentes necessidades de consumo pessoal e familiar (PINSKY, 2018, p. 625).

Tendo em vista todas as dificuldades das mulheres para participarem da vida social, não ficando atrelada somente às profissões e atividades de cuidado, seja do lar, ou de outras pessoas, se iniciou vários movimentos em busca de seus direitos. Elas buscavam, além de direitos, a sua emancipação em relação aos homens. A partir do exposto, o próximo subcapítulo trará os movimentos feministas e sociais.

2.4. Movimentos feministas: da primeira à quarta onda do feminismo

O feminismo é um movimento político que tem como objetivo reivindicar a libertação das mulheres dos padrões comportamentais que fazem diferença de gênero e opressão imposta no decorrer da história da humanidade.

A história traz que o movimento em prol do reconhecimento e garantias de direitos teve início em meados do século XIX. Silva (2019) relata que antes disso as mulheres também reclamavam da submissão aos homens, no entanto, não havia organização delas em grupos para lutarem pelo fim daquilo que consideravam injusto.

As ondas do feminismo surgiram como referência a cada momento histórico e problemático que se sobressaiu na sociedade. Segundo Silva (2019), cada época luta-se por demandas diferentes que buscam alcançar e defender direitos das mulheres. Segundo a autora, pode-se afirmar que foram vivenciadas três ondas do feminismo e que hoje já nos encaminhamos para a Quarta onda.

A primeira onda do feminismo, SILVA (2019) relata que ocorreu entre o final do século XIX e meados do século XX no Reino Unido e nos EUA. Este momento foi caracterizado pela reivindicação de direitos civis básicos os quais os homens já tinham. As mulheres queriam participar da vida pública, ter direito ao voto, ser votada, administrar bens e fortunas e terminar com o ideal de boa mulher que era a dona de casa e mãe.

Este movimento era dominado praticamente por mulheres brancas e burguesas que defendiam que eram iguais aos homens, moral e intelectualmente, e por esse motivo, deveriam ter oportunidades iguais, como no estudo e na vida profissional.

Na metade do século XX com o início da 2ª Guerra Mundial (1939 – 1945) inicia o fim da primeira onda. Os veículos de comunicação social divulgavam na época o dever moral de “servir à pátria” lutando para defender seu país. Segundo SILVA (2019), enquanto os homens eram chamados à luta, as mulheres eram requisitadas para atuar no “front interno” ou como enfermeira.

A partir deste momento, as mulheres começam a poder exercer papel social na vida pública e provar que tinham capacidade para realizar tarefas que não fossem restritas ao ambiente doméstico. No Brasil o movimento feminista ganhou força a partir da década de 30. Uma das conquistas mais marcantes foi o direito ao voto em 1932 no governo do presidente Getúlio Vargas. (SILVA, 2019).

A segunda onda iniciou na década de 1950. É neste momento que começa a diferenciação entre gênero e sexo no qual, o primeiro passa a ser visto como característica biológica, enquanto o segundo, uma construção social. Neste período foi lançado o livro “O Segundo sexo” de Simone de Beauvoir considerado

um marco da 2ª onda. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Simone de Beauvoir foi uma escritora, filósofa existencialista, feminista e teórica social francesa trazendo grande contribuição à teoria feminista.

Beauvoir sofreu muitas críticas por ter iniciado os questionamentos referente a condição das mulheres, quebrando tabus rígidos. Neste período as feministas buscavam compreender a origem da condição feminina, ou seja, os motivos que levaram a mulher à essa condição.

Na época constatou-se que o comum entre as mulheres e que justificava a posição de todas era o sexo, a prerrogativa de engravidar. Silva (2019) relata que antes as mulheres eram ligadas a função reprodutiva, pois só elas, enquanto mulheres engravidavam e não tinham controle sobre seu próprio corpo. Sendo assim, a 2ª onda era a luta pelos direitos reprodutivos e das discussões em relação a liberdade sexual.

Neste período, mulheres negras, de classe trabalhadora e lésbicas iniciaram um feminismo identitário contra as diferenças de classe, raça, etnia e sexualidade. Estes interferem nas experiências e papéis desempenhados na sociedade. Dá-se início a terceira onda. (SILVA, 2019).

A terceira onda iniciou na década de 1980 para 90, época essa de mudanças globais de mudanças políticas e conseqüentemente comportamentais. As mulheres não aceitavam mais o papel de mulher universal e indiscriminado, resumido, essencialmente ao sexo. Buscava-se no momento o reconhecimento das diversas identidades femininas. (SILVA, 2019).

Acredita-se, segundo o autor, que com a revolução na tecnologia da informação e da comunicação e com o surgimento da internet, já estamos vivendo a 4ª onda do feminismo. Neste momento usa-se as redes sociais para a organização das feministas trazendo a sociedade que a igualdade entre os sexos ainda é uma ilusão. A 1ª, 2ª e 3ª onda do feminismo englobava o contexto social e político de mulheres dos EUA e países do centro.

No entanto, a 4ª onda, com o auxílio das mídias sociais, englobou também os países periféricos do Ocidente, como a América Latina. Estes tiveram pouco ou nada de espaço para se manifestarem e serem ouvidas. A internet facilitou a articulação de lutas contra a violência de gênero tanto no setor público e privado. (SILVA, 2019).

A partir das lutas das mulheres em buscas de seus direitos, muitas conquistas foram alcançadas. Assim, o próximo capítulo trará a situação das mulheres atualmente e os projetos e programas que favorecem o empoderamento feminino.

CAPÍTULO 3: PROJETOS SOCIAIS E O EMPODERAMENTO FEMININO

O longo processo histórico de mudanças dos padrões culturais de gênero fez com que, nas últimas três décadas, diminuísse as tradicionais barreiras à entrada das mulheres no mercado de trabalho, assim como também, reduziu a taxa de fecundidade e elevou o nível de escolaridade das mesmas. A partir do informativo do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE tem-se que o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD 2016 trouxe dados em que confirmam que não houve discrepâncias na frequência ao ensino fundamental entre homens e mulheres, isso devido a obrigatoriedade da escolarização na faixa etária entre 6 a 14 anos.

Da mesma forma, os dados informam que na faixa etária de 15 a 17 anos, independente do grau de ensino, também praticamente se igualam entre homens e mulheres. No entanto, no que se refere a faixa etária entre 18 e 24 anos, o número de mulheres é superior ao de homens. Ainda no que se refere ao ensino superior, de acordo com o IBGE (2012 – 2016), especialmente entre os 25 a 44 anos de idade, o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens.

Apesar do número de mulheres que cursam o ensino superior ter aumentado no decorrer dos anos, Maria Luiza Souza (2015)²¹ relata que ainda elas estão atreladas à identidade feminina de cuidadora, responsável pelo cuidado do lar e dos filhos.

É provável que ainda hoje a cultura das atribuições para homens e para mulheres ainda interfere também na escolha da profissão das pessoas. Quadros (2017) acredita que mesmo se trabalhando em favor da igualdade de direitos, inclusive na escolha da profissão, na prática esses direitos e liberdade de escolha são dificultados pela cultura de segregação da sociedade.

Foi a partir do reconhecimento mundial de que se vive em uma sociedade que discrimina mulheres por seu gênero que surgiu a necessidade da criação de leis e políticas públicas que promovessem a igualdade de gênero.

No Art.5º, I, CF/88 – *“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”* tem-se que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, são iguais sob a ótica da Constituição Federal do Brasil. Isso quer dizer que todas e todos devem ter os mesmos direitos, oportunidades, responsabilidades e obrigações. Devido a importância desse inciso ele é considerado um direito indispensável à cidadania, à sociedade e ao Estado brasileiro.

Iniciou-se um movimento em busca do empoderamento feminino. Segundo Botton; Strey (2018), empoderamento é um conceito que não deve ser entendido pela simplicidade de “dar poder às mulheres”, mas como estratégias que promovam mudanças na situação de submissão feminina construída historicamente. São ações que permitam às mulheres a sua liberdade de escolher e agir de acordo com sua vontade, através de práticas e políticas sociais que

²¹ Mestre em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília (2019). Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília (2017), graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (2014) e especialização em Educação pela Universidade de Brasília (2015). Tem interesse nas áreas de Psicologia Evolucionista, Psicologia Cognitiva, Filosofia da Mente e Epistemologia.

promovam a extinção das diferentes formas de violência de gênero. Através do empoderamento feminino, segundo as autoras, fortalece-se a condição de autonomia e independência das mulheres em relação aos homens.

Ressalta-se que essa igualdade de gênero não significa ignorar a existência de diferenças entre homens e mulheres, mas sim afirmar que o gênero não deve ser um critério de discriminação negativa e nem a causa para que se reconheça à uma pessoa menos direitos ou mais obrigações.

Atualmente existe mundialmente políticas públicas mundiais em favor do empoderamento feminino. A Organização das Nações Unidas – ONU, por exemplo, criou a ONU Mulheres, a qual trabalha em prol da garantia dos direitos femininos. O Objetivo do programa é incentivar e informar que as mulheres têm o direito à uma vida livre de discriminação, violência e pobreza. Outro objetivo importante é mostrar à sociedade que a igualdade de gênero também é essencial para o desenvolvimento do país.

No ano de 2010 os países membros da ONU e ativistas dos direitos das mulheres criaram a ONU – Mulheres. Sua sede é em Nova York – EUA e tem escritórios regionais na África, Américas, Ásia e Europa. No Brasil a organização está localizada em Brasília – DF.

A organização auxilia os países membros e a sociedade a formular leis, políticas e programas necessários à implantação dos padrões em prol da igualdade de gênero. O interesse e trabalho da ONU – Mulheres, traz, inclusive, princípios que ajudam a comunidade empresarial, a aplicar em sua rotina de negócios valores e práticas que proporcionem a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Como exemplo de empresas participantes tem a Coca Cola – Brasil e as Lojas Renner.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as meninas e mulheres é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecidos como Agenda 2030. Em resumo, são metas

da organização a serem cumpridas até o ano de 2030 sendo a igualdade de gênero uma delas.

Percebe-se que a comunidade nacional e internacional tem como objetivo prioritário erradicar toda e qualquer forma de discriminação por sexo na sociedade mundial. Evidencia-se que muito já se alcançou frente aos direitos femininos, no entanto, atualmente, ainda persiste a violência contra as mulheres e a discriminação de gênero.

Seguindo o mesmo compromisso de erradicação do preconceito e da violência de gênero, os Institutos Federais também possuem programas de incentivo e valorização das mulheres. No *campus* São Vicente do Sul, por exemplo, a Coordenação de Assistência Estudantil - CAE e o Núcleo de Diversidade e Gênero Sexual - NUGEDIS promovem reflexões sobre o protagonismo das mulheres na sociedade. No momento trabalharam a saúde das mulheres, empoderamento feminino e igualdade de gênero.

O NUGEDIS presente nos Institutos Federais faz parte das estratégias das Políticas Públicas. O núcleo é responsável pela inclusão da parte mais frágil da sociedade, entre elas, as mulheres. Através dos profissionais que atuam no local é possível promover a desnaturalização de discursos através da reflexão e debates realizados junto da sociedade. Tem-se o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a formação qualificada dos discentes frequentadores da Instituição, independentemente de cor, raça e gênero.

Outro momento importante da atualidade em prol das mulheres foi a conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento que ocorreu em Cairo no ano de 1994. Este momento de reflexão trouxe a importância de se considerar o vínculo existente e interdependente entre a população (homens e mulheres) e o desenvolvimento. Na conferência as mulheres assumiram papel de destaque, uma vez que, também é responsável pelo desenvolvimento sustentável.

É visto que se torna fundamental dar as mulheres meios necessários para melhorar sua situação, proporcionando maior acesso à educação, saúde e ascensão profissional.

Segundo QUADROS (2017), a inserção das mulheres na educação aumentou na década de 1990 a partir da contribuição de programas do governo, como por exemplo, o “Educação para Todos”. Este envolve também organizações internacionais como a UNESCO, UNICEF e Banco Mundial. Outra campanha importante foi o “Bolsa Escola”, o qual levou o aumento do acesso da população na educação básica. No que se refere ao ensino superior há programas de incentivo como o Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos - PROUNI.

No entanto, Quadros (2017) informa que apesar de aumentar o número do acesso das mulheres na educação, a divisão cultural entre masculino e feminino nos cursos e profissões permaneceu. Portanto, não promoveu a igualdade de gênero.

No que se refere à violência contra as mulheres, Silva (2019) informa que os números no Brasil que são alarmantes. O país ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio. São 4.762 vítimas para cada 100 mil, o equivalente a uma média de 13 mortes por dia. Dado de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Com o objetivo de combater, prevenir e tipificar a violência doméstica criou-se no Brasil, no ano de 2006, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), a qual tipifica crime toda violência contra as mulheres. No entanto, a partir dos dados a cima, percebe-se que ainda é alto o número feminicídios no Brasil, por exemplo.

Fonseca (2003), por exemplo, afirma que este não é uma luta somente das mulheres, mas uma transformação pessoal e coletiva:

No campo da (des)igualdade, o diagnóstico está feito, o interesse está posto, alguns passos já foram dados, o caminho está sendo construído, no Brasil e no mundo. Resta prosseguir no intento sem caracterizar esta busca como de mulheres, como reivindicação exclusivamente feminina. Reduzir desigualdades não é coisa de mulher, mas uma necessidade

social com possibilidades concretas de transformação pessoal e coletiva. (FONSECA; MADUREIRA, 2003, p. 309).

Verifica-se, portanto, que o objetivo prioritário da comunidade nacional e internacional é erradicar toda e qualquer forma de discriminação por sexo. Muito já se alcançou frente aos direitos das mulheres, no entanto, atualmente ainda persiste a violência e a discriminação de gênero, assim como a necessidade de debates e reflexões acerca do tema.

CAPÍTULO 4: ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização da pesquisa:

O presente trabalho foi uma pesquisa qualitativa na área educacional do tipo estudo de caso realizada no campus do Instituto Federal Farroupilha localizado na cidade de São Vicente do Sul – RS. Para Lüdke; André (1986) a pesquisa qualitativa vem a ser aquela que se utiliza do ambiente natural como fonte de dados coletados e que embasaram as considerações finais. Quanto ao estudo de caso, Gil (2008) afirma que este permite o conhecimento amplo e detalhado de um determinado objeto ou situação, explorando situações da vida real e explicando as variáveis causais de determinado fenômeno.

A coleta de dados, inicialmente, foi uma análise documental do histórico de mulheres matriculadas no curso de agropecuária do IFFAR de São Vicente do Sul, da Legislação Brasileira e do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), assim como também, dados estatísticos referentes à mulher na atualidade. O objetivo foi verificar como vem ocorrendo o processo de inclusão das mulheres no curso no decorrer dos anos. Para GIL (2008) a coleta indireta através de documentos permite o conhecimento do passado proporcionando um conhecimento mais objetivo da realidade temporal.

Lüdke (1986) afirma ser a análise documental uma revisão de documentos contemporâneos e escritos que podem ser usados como fonte natural de informação de um determinado momento e contexto.

A coleta de dados também foi realizada através de um questionário semiaberto enviado por e-mail para as estudantes do curso em questão. Foi proposto que as alunas relatassem suas experiências e sentimentos vivenciados enquanto mulheres em um curso considerado historicamente masculino.

Outro momento de coleta de dados foi o envio do questionário semiaberto para os profissionais da Instituição que já acompanham o desenvolvimento do local e a inclusão das mulheres no curso. Estes professores possuem formação em cursos da área rural e de outras áreas do conhecimento. Também foi realizado o questionário com uma enfermeira a qual era, no momento da coleta, a responsável técnica pelo NUGEDIS. Com o objetivo de saber como era ser aluna do curso há alguns anos atrás, foi enviado questionários também para as alunas que já se formaram.

Gil (2008) traz que o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões com a finalidade de ter o conhecimento de crenças, sentimentos, valores e comportamento do participante frente a um tema específico. O autor relata ser vantagem deste recurso o fato deste poder atingir um maior número de participantes que não estão na mesma área geográfica, por isso o envio por e-mail. Outro ponto importante é que este instrumento de pesquisa permite o anonimato das respostas, uma vez que não se conhece pessoalmente a pessoa que responde as perguntas.

No e-mail foi ressaltado a importância das suas respostas, explicado a finalidade das perguntas, o objetivo da pesquisa, sua importância para a comunidade ou grupo pesquisado e, particularmente, a importância da colaboração pessoal do entrevistado. Outro ponto importante que foi enfatizado é que as respostas teriam um caráter estritamente confidencial e que as informações prestadas permaneceriam no anonimato. Também foi informado a possibilidade de o entrevistado interromper o processo de coleta caso não se sentisse confortável com as perguntas realizadas e que caso sentisse a necessidade de auxílio solicitasse esclarecimentos.

A partir dos dados obtidos através dos questionários se utilizou dos pressupostos da Análise Textual Discursiva (ATD) para se chegar a uma conclusão referente ao objetivo proposto inicialmente. A ATD, segundo Moraes; Galiuzzi (2006), apresenta quatro elementos que devem ocorrer no decorrer da análise: desconstrução e unitarização, categorização e metatexto.

Primeiramente, ocorreu a unitarização, momento este em que se analisou e fragmentou o texto de cada participante em unidades de significados e sentidos iguais. Os textos foram “recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas da pesquisada” (Moraes; Galiuzzi, 2006, p.132). As unidades de significados, conforme Moraes; Galiuzzi (2006), foram definidas em função do sentido pertinente ao propósito da pesquisa.

Posteriormente, ocorreu a categorização, na qual as unidades que se relacionam foram agrupadas em outros elementos semelhantes formando-se categorias homogêneas e nomeadas conforme o grupo e subgrupos.

A partir dos processos anteriores, obteve-se uma nova compreensão sobre o tema pesquisado e a construção do metatexto, fundamentado no produto da análise. Segundo o autor referenciado no parágrafo anterior, esse momento é uma ponte entre as categorias estabelecidas através da reflexão sobre as informações obtidas e a construção de uma tese referente à compreensão final.

Como resultado da análise, se chegou a duas categorias emergentes: Limites e Possibilidades, estes no decorrer do texto foram organizados a partir de outras subcategorias. A primeira categoria traz a discussão em relação a percepção das mulheres frente aos obstáculos encontrados por elas no curso de agropecuária do IFFar/SVS.

Quanto a segunda categoria, é uma reflexão das mulheres frente as mudanças de crenças e comportamentos em relação ao preconceito de gênero e o empoderamento feminino.

Considerando que um dos objetivos do Programa de Mestrado Profissional é o desenvolvimento de um produto educacional sendo necessário

que este seja construído a partir de uma necessidade institucional, construí um Objeto de Aprendizagem (OA). Este pode ser trabalhado com os discentes do IFFAR/SVS, bem como de outras instituições, questões referentes ao gênero feminino. No material há informações sobre a construção histórica das mulheres e a violência de gênero. O objetivo deste OA é problematizar em aula a importância das mulheres na sociedade e auxiliar, conseqüentemente, na construção de subjetividades a partir de discursos e reflexões que a valorizem.

4.2 Sujeitos da pesquisa:

Esta pesquisa teve como público alvo os docentes, discentes e ex alunas do curso integrado em agropecuária do IFFAR/SVS. Os profissionais que fizeram parte da pesquisa são atuantes das áreas técnicas e básicas, independentemente da formação, titulação e tempo de experiência profissional na docência. Quanto às discentes, foi realizado a pesquisa com as alunas do segundo e terceiro ano do curso em agropecuária, assim como também com as ex-alunas.

Inicialmente, com o objetivo de verificar os interessados em participar da pesquisa, foi solicitado o e-mail das meninas e profissionais atuantes no curso de agropecuária do campus. A partir deste foram explicados os objetivos e a importância da pesquisa, a confidencialidade e a privacidade das informações fornecidas caso aceitassem participar. Àquelas que demonstraram o interesse na colaboração, foi entregue os termos e posteriormente enviado o e-mail com o questionário.

Devido a estrutura pedagógica do IFFar os docentes são de diversas áreas de formação proporcionando uma contínua interlocução de saberes e experiências profissionais. Na pesquisa participaram 3 professoras do curso, sendo uma formada na área da educação, uma na agronomia e outra nas ciências biológicas. Ressalta-se que foi enviado questionário para 9 professoras, no entanto, mesmo sendo reenviado retornaram apenas três respostas. Outro dado obtido foi o questionário respondido pela enfermeira que atua à frente do NUGEDIS do *campus*.

Foram enviados via e-mail 105 questionários para as discentes do segundo e terceiro ano do curso e 16 para as ex-alunas. Deste total, retornaram 27 questionários de discentes e 8 de ex-alunas, totalizando 39 participantes.

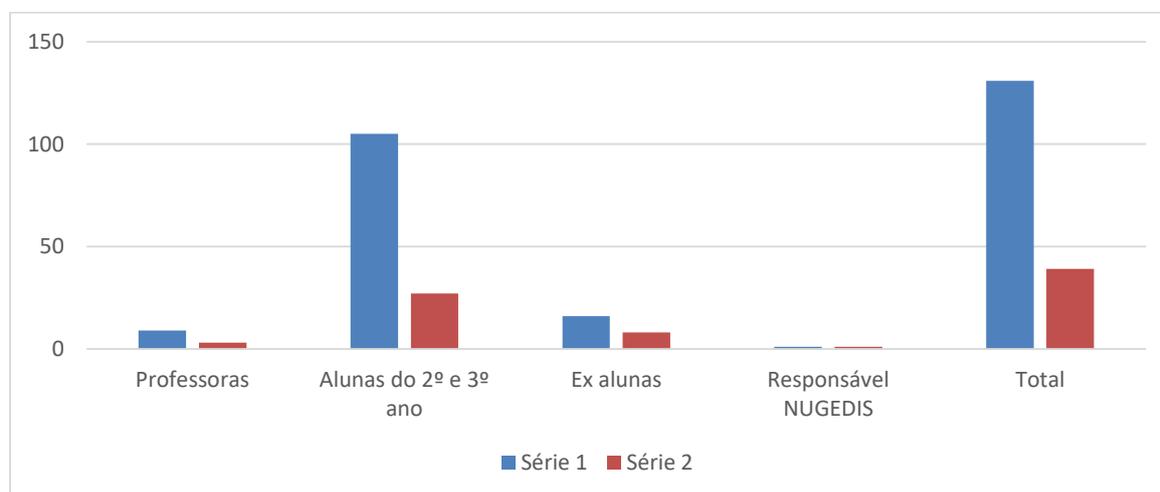


Tabela 1: relação referente ao número de questionários enviados e recebidos.

As alunas do curso, menores de idade, assinaram um Termo de Assentimento e trouxeram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais ou responsáveis. Já às maiores de 18 anos foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos os colaboradores receberam um Termo de Confidencialidade assinado pela pesquisadora tendo a finalidade de assegurar o sigilo dos dados prestados.

4.3 Instrumentos e procedimentos para a coleta de dados:

Para a coleta de dados junto às participantes ex alunas foi disponibilizado um questionário com quatro questões fechadas, que poderia ser marcado “SIM” ou “NÃO”. A questão de número 1 teve o objetivo de verificar a opinião das meninas quanto ao curso ser machista ou não. No que se refere a questão de número 2, esta buscou saber se as meninas se sentiam bem emocionalmente durante o tempo em que cursavam a agropecuária. Já as questões de número 3 e 4 buscaram verificar se as ex alunas já sofreram ou conhecem alguma colega que tenha passado por constrangimento de ordem machista relacionado ao curso. Quanto as perguntas abertas, estas foram três. A questão de número 5 buscou saber o ano de formação e o número de meninas na turma na época em que cursava agropecuária. Já a questão de número 6 questionou se a ex aluna

continuou atuando na área depois da conclusão do curso. Por fim, foi proposto uma reflexão acerca do tema a partir das suas vivências na agropecuária.

O questionário enviado para as discentes do segundo e terceiro ano do curso teve as quatro primeiras questões fechadas e iguais as realizadas para as ex alunas. No entanto, difere no número de questões abertas. Neste foi realizado somente uma pergunta e teve como objetivo propor a reflexão das meninas a respeito da sua vivência enquanto aluna do curso de agropecuária.

O terceiro questionário foi o enviado às professoras. Este teve duas perguntas fechadas, com as opções “SIM” e “NÃO”, e quatro questões abertas, totalizando um número de seis perguntas. A questão de número 1 teve a finalidade de saber a formação da professora, enquanto a segunda pergunta buscou identificar o tempo de atuação da mesma no IFFar/SVS. A questão de número 3 era direcionada às professoras que possuem formação na área rural e buscou a reflexão da mesma a respeito da sua experiência no curso. No que se refere a pergunta de número 4, nesta se questionou se na época da formação da profissional existia algum trabalho referente ao empoderamento feminino. A questão de número 5 buscou a reflexão da profissional a respeito de seu trabalho no curso culturalmente para homens e por fim, a questão de número 6 questiona o fato de a docente ter passado ou não por constrangimento no curso de agropecuária.

Quanto ao questionário enviado à profissional responsável pelo NUGEDIS foi realizado uma pergunta aberta a qual refletiu a respeito do trabalho realizado no Núcleo em relação ao tema e dentro do IFFar/SVS.

Para a realização da pesquisa no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul, busquei inicialmente a autorização da Direção Geral do campus; posteriormente, por se tratar do uso de questionário, a pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP e aprovada pelo Parecer Consubstanciado do CEP nº 3.670.618 e CAAE 11600119.2.0000.5574 com data de 30 de outubro de 2019.

O instrumento para a coleta da pesquisa foi enviado via e-mail para os participantes e posteriormente, após o retorno dos questionários já respondidos, observou-se as respostas de cada um dos integrantes. Lembrando que as pessoas foram identificadas por letras e as questões analisadas a partir da ATD.

CAPÍTULO 5: RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA:

No sentido de contemplar os objetivos da pesquisa, apresentam-se em seguida os resultados e a discussão dos dados.

Os dados analisados, como já mencionado, foram obtidos a partir de questionários aplicados via e-mail e respondidos por alunas, ex-alunas e professoras do curso integrado em agropecuária do *campus* São Vicente do Sul. As respostas foram categorizadas a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES, GALIAZZI, 2007).

Através da análise, chegou-se a duas categorias emergentes: os limites e as possibilidades. Estes serão discutidos em seguida a partir de subcategorias.

5.1. Os limites para as mulheres da agropecuária:

O comportamento machista e preconceituoso em relação a presença da mulher no curso de agropecuária do IFFar/SVS caracteriza uma barreira, muitas vezes invisível, vivenciada por alunas e professoras. Esta construção histórica reflete até hoje na sociedade, sendo assim, esta categoria tem como objetivo trabalhar as dificuldades encontradas pelas mulheres que frequentam a instituição IFFar.

Inicialmente, a partir da análise documental, se verificou que o número de alunas matriculadas no curso no ano de 2009 era mínimo em relação a quantia de meninos inscritos. Isto porque os cursos ligados às áreas rurais, no geral, carregam, de forma mais acentuada, o estigma de serem somente para homens. Percebe-se que gradualmente esta diferença entre os gêneros foi diminuindo, porém, isto será discutido na segunda categoria. O relato da professora P.A. traz a realidade durante a sua formação na década de 1990:

“Cursei Engenharia Agrônômica na década de 1990 na UFSM. Na turma de 60 estudantes éramos três mulheres. Portanto, 10% do total de 650 estudantes do curso. No grupo de professores tínhamos somente duas professoras. O preconceito sempre esteve presente durante a formação acadêmica e continuou na atuação profissional”. (P.A. – Professora).

Segue a tabela informativa que apresenta o aumento no número de mulheres matriculadas no curso levando em consideração um intervalo de 10 anos. Percebe-se através dela, como era mínimo o número de mulheres em relação ao de homens nas turmas no início do curso.

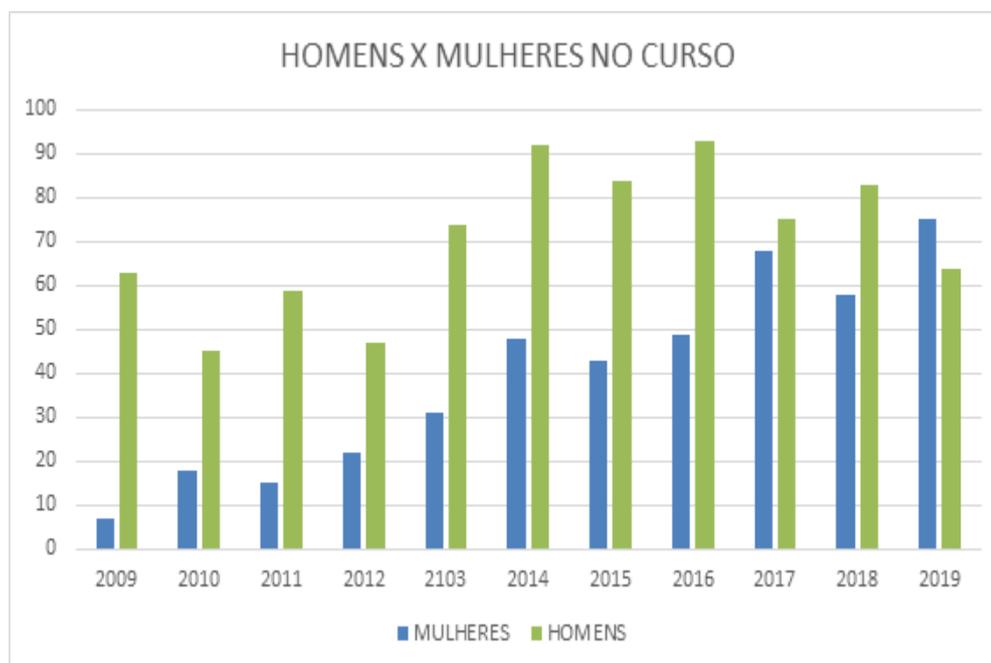


Tabela 2: Número de mulheres e homens matriculados no curso integrado em agropecuária do IFFar/SVS no decorrer de 10 anos.

Salienta-se que mesmo havendo este movimento positivo estatisticamente e mesmo a legislação da agropecuária não trazendo em seu texto que a atividade de técnico agrícola tenha que ser realizada exclusivamente por homens, ainda assim verifica-se nos relatos das alunas, que a Instituição e a sociedade ainda trazem resquícios de uma cultura machista. “Acho que por mais que as mulheres venham tomando seu lugar nos cursos de ciências rurais, o preconceito ainda é muito grande” (LF - aluna).

Compreende-se a partir da análise do questionário que 97% das mulheres que participaram da pesquisa consideram o curso de agropecuária machista (ver gráfico 1 na página 57. A partir disto é possível constatar que o curso no IFFar

ainda tem resquícios da cultura patriarcal e sexista construída na sociedade. Segue o gráfico:

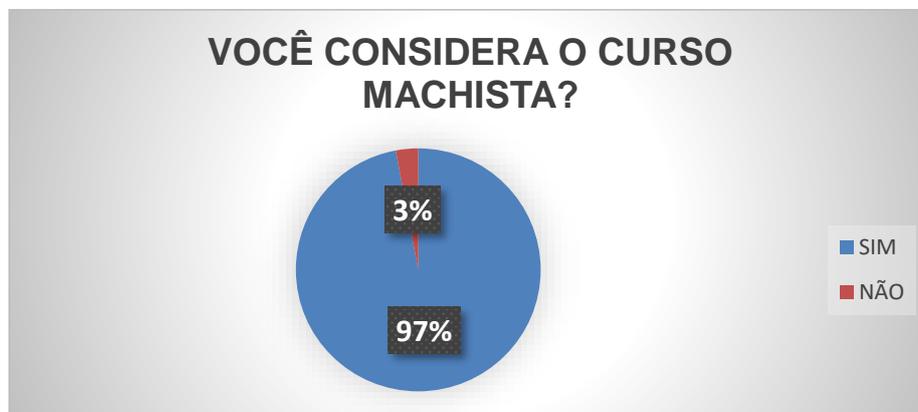


Gráfico 1 - Respostas referente a pergunta do questionário: Você considera o curso machista?

A partir do exposto, dentro desta categoria será trabalhado subcategorias as quais trarão mais detalhado quais são os limites vivenciados por essas mulheres do curso.

5.1.1. O mito da força física e da fragilidade feminina:

Ao fazermos uma retrospectiva histórica da humanidade, percebemos que ao longo do tempo se construiu representações de gênero atribuídas aos homens e as mulheres. Aos homens se atribuiu valores e adjetivos positivos e superiores, como a força, a razão e a coragem. Já no que se refere as mulheres, esta representa o negativo e a fraqueza.

Nos questionários analisados, muitas mulheres trouxeram nos relatos o fato de alguns professores e colegas verbalizarem durante as aulas práticas que algumas atividades não podem ser realizadas por meninas porque necessitam da força física para o desempenho da mesma. Nestes momentos é possível reafirmar a existência da cultura machista, a qual alia a força física ao sexo masculino. Quadros (2017) traz esta como uma crença antiga e que se perpetua ao longo dos tempos através de um discurso de que as mulheres não possuem a força necessária para a realização das tarefas mais pesadas. Nos relatos abaixo é possível reconhecer essa ideia.

“[...] no segundo ano deu pra entender como esse universo ‘funciona’, comentários como ‘não carrega isso, deixa que um guri faz’ ‘tu vai se machucar com tal coisa, fulano, vai lá e faz pra ela’ e praticamente todos os comentários vindo dos professores [...]” (C.A. - aluna).

“Em uma aula da matéria do nosso curso, um professor estava no assunto de motosserras e disse que para mulher era mais difícil de manusear o equipamento” (E.B. - aluna).

“[...] já presenciei uma série de preconceitos durante o curso, partindo tanto de professores como de colegas, nos subestimando de fazer algo, sobretudo quando se trata de tarefas que nos exigem condições físicas [...]” (F.A. - aluna).

“[...] já deixamos de participar de aulas práticas muitas vezes, ‘os gurus vão fazer o pesado, as gurias esperam aqui’ ‘deixa que os gurus fazem porque vocês não sabem e não tem força’”. (L.F. - aluna).

Além do discurso de falta da força física, verifica-se que em outros momentos aparece o relato da fragilidade feminina. Esta crença persiste desde o tempo em que o corpo e a genitália da mulher eram considerados os mesmos do homem. No entanto, a única diferença, segundo Laqueur (2001), era o fato de a genitália das mulheres ficar para dentro do corpo, enquanto a dos homens para fora. Esta teoria justificava o fato das mulheres serem um homem imperfeito, sem força e calor vital.

Muitas mulheres relataram que a força física e a fragilidade feminina são discursos frequentemente utilizados pelos homens como limitador na realização das atividades agropecuárias. Nota-se que ainda é muito forte a crença de que existe somente um modelo de mulheres e que essa corresponde a um estereótipo antigo de fragilidade, delicadeza e cuidado. Nos questionários recebidos pelas mulheres do curso muitas afirmaram que já vivenciaram ou conhecem alguém que passou por alguma situação de preconceito de gênero, segue os gráficos com a porcentagem das respostas:

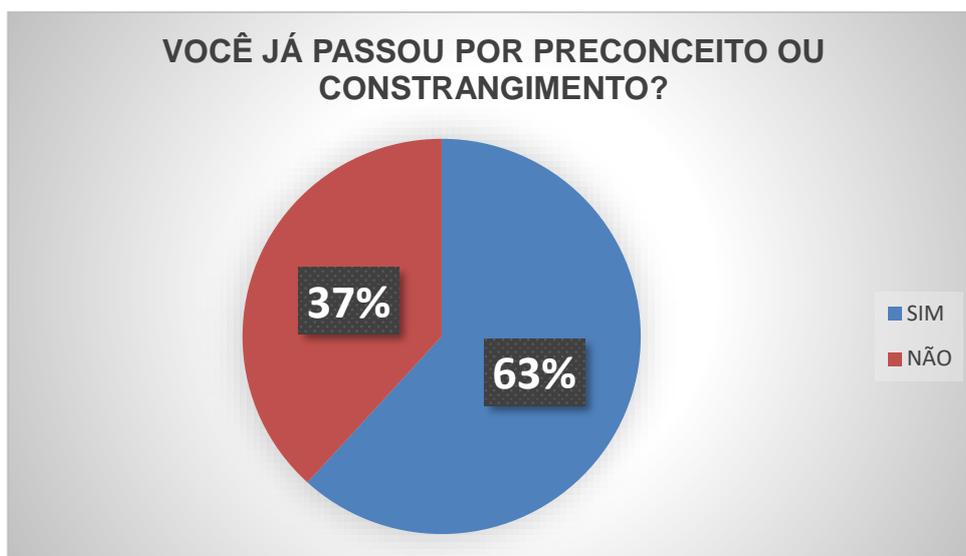


Gráfico 2 - Respostas referente a questão do questionário: você já passou por constrangimento ou preconceito?

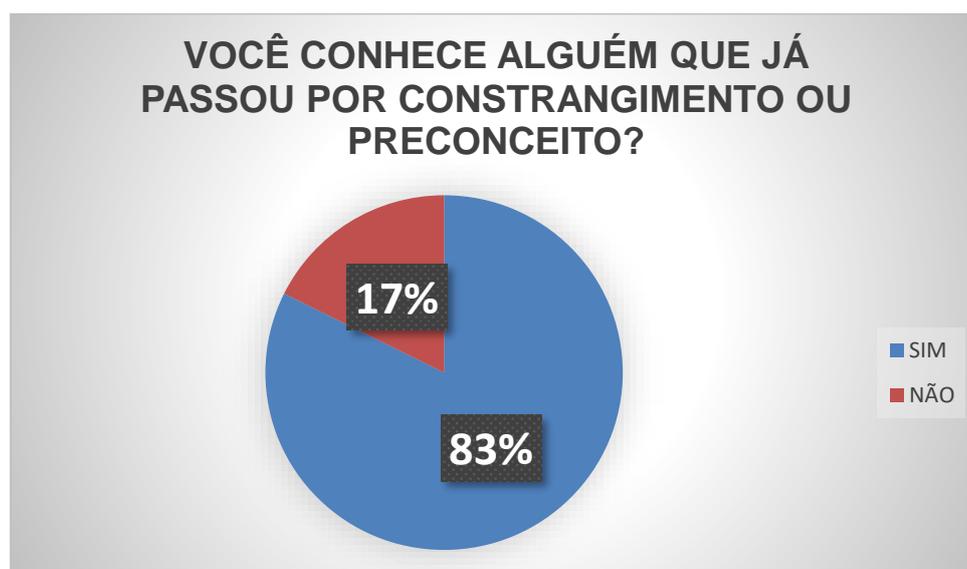


Gráfico 3 - Você conhece alguém que já passou por constrangimento ou preconceito no curso?

Priore (2018) relata que antigamente as mulheres eram vistas somente a partir da sua natureza biológica, ou seja, a oportunidade da reprodução feminina. Esta possibilidade de poder “parir e procriar” levou a representatividade de uma mulher frágil, mãe e submissa.

“No curso já vi vários professores e colegas deixarem as meninas de fora de certas atividades por serem consideradas ‘frágeis’ [...]” (M.E. - aluna).

“[...] falando em aula que as meninas são mais frágeis para algumas atividades e que só ‘homens’ tem suporte pra isso” (M.N. - aluna).

“[...] o próprio mercado de trabalho na área ainda reproduz discursos e práticas que questionam a capacidade e aptidão das mulheres” (F.R. – professora).

Esses discursos machistas baseados em questões biológicas produzem, segundo Viviane Fernandes²²; Vândiner Ribeiro²³ (2018), o binarismo masculino/feminino que define e reforça um comportamento, modo de pensar e compreender o mundo de acordo com o sexo biológico da pessoa. Dos meninos se espera que sejam fortes e destemidos enquanto as meninas devem ser frágeis, comportadas e delicadas. Esta crença justifica a presença do preconceito no curso e na sociedade, já que neste é necessário muitas vezes a utilização da força física para a realização de algumas atividades na prática rural. No relato abaixo, de uma ex aluna podemos visualizar essa ideia.

“Por ser um curso das ciências rurais era muito comum encontrar um maior número de homens do que mulheres na área, desta forma nós mulheres sempre éramos vistas como delicadas, que não tínhamos capacidade de fazer o que os homens deveriam saber fazer [...]” (R.Q. - ex aluna).

Essa imagem da mulher frágil e do lar faz com que muitas mulheres procurem cursos ligados ao cuidado, como a pedagogia e o serviço social, correspondendo às expectativas da sociedade. No entanto, Quadros (2017) relata que as mulheres que, contrariando a expectativa da sociedade, escolhem cursar técnico em Agropecuária, muitas vezes são vistas como uma menina sem

²² Mestre em Educação, pedagoga na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Seus estudos concentram-se na área da educação a distância, alfabetização e letramento, ensino Superior, relações de gênero, currículo e aprendizagem significativa.

²³ Doutora e mestre em Educação, professora adjunta no curso de Pedagogia, no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tem realizado pesquisas e orientações sobre as questões da diferença, em especial, as discussões de gênero, no espaço escolar e na mídia.

feminilidade. Este discurso reafirma a ideia de que para ser mulher necessita ter uma personalidade e comportamento frágil e delicado.

A partir disso, criam-se discursos de gênero que se perpetuam ao longo da história. Amilcar Torrão (2005)²⁴ afirma que o gênero transforma seres biologicamente machos e fêmeas em seres sociais. A própria diferenciação entre os sexos já define as características identitárias esperadas para o ser masculino e feminino. Além das mulheres terem que aprender a seguir o padrão feminino e submisso, também os homens são controlados e vigiados na manutenção de sua masculinidade. Percebe-se que além das mulheres serem cobradas por um padrão de comportamento, os pais e maridos também são cobrados para que mantenham o papel social das suas esposas e filhas. Isto é possível verificar na fala das alunas quando a família não incentiva as mulheres a quebrarem o padrão.

“Minha própria família não queria que eu fizesse o processo seletivo para agropecuária, pois diziam que era um curso masculino, que eu não me adaptaria e preferiam que eu seguisse em outra área”. (E.A. – aluna).

A sociedade também reforça, através de um discurso machista, o papel social “definido” para as mulheres. Como consequência as discriminações de gênero influenciam também na possibilidade de acesso das mulheres a determinados cursos considerados masculinos ou femininos, reafirmando assim, velhos estereótipos relacionados às atribuições femininas e masculinas no mundo do trabalho.

Sendo assim, a próxima subcategoria trará uma reflexão tendo como tema o discurso relacionado ao estereótipo de gênero atrelado ao relato das mulheres.

5.1.2. Discurso de Gênero modelando os papéis sociais:

Constatou-se que apesar do número de mulheres no curso de agropecuária do IFFar/SVS ter aumentado ao longo dos anos, conforme a tabela

²⁴ Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e doutorado pela mesma universidade (2008).

2 demonstra, ainda assim há a discriminação e o preconceito de gênero dentro da instituição e fora dela.

A separação dos cursos a partir da variável gênero, segundo Quadros (2017), é chamado de gueto profissional e educacional. A agropecuária, por exemplo, é um desses cursos considerado, culturalmente, como masculino. A partir da coleta de dados na Instituição verificou-se que dentro do próprio curso do IFFar/SVS as mulheres sofrem o preconceito de gênero, como se vê no gráfico 2 (pag. 59) e no relato da aluna L.N.:

“Nota-se também a separação de afazeres, por parte de alguns professores, de acordo com o sexo dos alunos, deixando o que seria considerado ‘trabalho de homem’ para os meninos e as coisas mais simples para as meninas”. (L.N. – aluna).

Em 1803, o médico Jacques-Louis Moreau afirmou que as mulheres em relação aos homens era uma série de oposições e que as características do corpo a definiriam enquanto mulher. Assim, as mulheres e os homens foram diferenciados a partir do corpo, e definidos como cada um dos dois deveriam agir e ser, correspondendo sempre, a natureza biológica do “seu sexo”.

“Também em algumas aulas do curso, os professores dividem as tarefas entre “meninas para um lado e meninos para o outro”, as garotas ficando com a parte mais fácil como se fossem incapazes de realizar o mesmo que os meninos. Não sei opinar ao certo... Alguns professores se mostram sexistas ao separar as atividades por gênero ou dizer que ‘Fulano agora tá fazendo trabalho de homem’ como um já comentou com um colega enquanto o mesmo realizava uma prática”. (U.A. – aluna).

“[...] ah é bem desafiado para nós mulheres por que tem algumas pessoas que sempre falam algo do tipo que relacione nós mulheres no curso como nas aulas práticas não fazer tal trabalho pq é de homem fazer e tal, a gente sempre ouve ou vê algo assim, não só dos colegas, mas até dos professores”. (V.E. – aluna).

Brumer (2004) também traz a diferenciação da atividade a partir do gênero, sendo o maquinário agrícola e afazeres que exijam força física ficando para os homens executarem. Sendo assim, as mulheres ficam com as atividades mais leves e domésticas, como o trato com os animais de pequeno porte, ordenha de vacas, horta, pomar e jardim. Na fala da aluna F.A. é visível este discurso cultural. “[...] relatando que mulheres se dão bem abrindo clínicas de animais

pequenos (subentendido que mulheres não têm sucesso trabalhando com animais de grande porte)”. (F.A. - aluna).

Manfredi (2002), em relação ao assunto, trouxe que inicialmente nas Escolas de Aprendizes, por exemplo, já era dividido as atividades a partir de gênero. Os meninos, nesta época, aprendiam “artes industriais” e as meninas “economia e prendas manuais”.

Este discurso sexista pode causar mal-estar emocional e também faz com que menos mulheres consigam empregos na área rural, perpetuando-se a visão machista em relação ao curso. Brumer (2004) relata que a emigração da zona rural para a urbana é maior quando a variável são as mulheres, justamente pelo discurso machista que traz o homem como prioridade para os afazeres no meio rural. Percebe-se através da fala das alunas que realmente o momento de fazer o curso, o estágio e a busca por um trabalho na área rural traz o preconceito como maior dificultador da permanência das mulheres na área rural. “Acho que as mulheres ainda sofrem com muito preconceito diante da sociedade, ainda mais quando fazem trabalhos ou cursos considerados que devem ser feitos apenas por homens”. (M.E. - aluna).

O discurso sexista destaca o papel social que as pessoas devem desempenhar a partir do sexo biológico. Atualmente ainda as mulheres são valorizadas pela maternidade, cuidado do lar, do marido e dos filhos. Neste modelo familiar patriarcal, segundo D’Incao (2018), quem detém o poder sobre os filhos e a esposa são os homens, tendo as mulheres o dever de cuidar e apresentar uma “boa” família à sociedade.

Na fala das mulheres do curso aparece este discurso de qual comportamento é esperado socialmente delas, inclusive, o de depender financeiramente do homem.

“...dizem que nós mulheres vamos trabalhar em lojas vendendo cuecas ou arrumar um homem rico para nos ‘bancar’, como se nós não tivéssemos capacidade de ter um cargo melhor e nos sustentarmos sozinhas”. (R.S. – aluna).

“O julgamento profissional são os mais variados: não serve para o serviço, não tem experiência, se tem experiência e já conseguiu estabelecer carreira podem julgar velha para assumir o cargo, e tantas outras maneiras veladas de dizer não”. (P.A. - professora).

A “maneira velada” de dizer o não, como afirma a professora, ressalta mais uma vez a forma disfarçada que a sociedade usa para não se assumir machista e preconceituosa.

O papel social das mulheres, a partir da cultura machista e patriarcal, é aquele que não exige a força física e que esteja ligado ao cuidado, seja ele do lar, da família ou outra pessoa. Percebe-se na fala da aluna R.S. que quando as meninas fazem as atividades que não são destinadas à elas recebem frases machistas e deboches.

“[...] além disso, alguns colegas debocham ou falam as típicas frases machistas quando alguma menina vai fazer algo em práticas que exigem mais força”. (R.S. - aluna).

Podemos notar esse comportamento de “piadinha machista” como uma forma de ser preconceituoso com a presença das mulheres na atividade, no entanto, de forma mascarada. Como se a fala, a partir de uma brincadeira ofensiva, eximisse da pessoa o comportamento negativo. Como se dissesse: “Eu não sou preconceituoso, só estou brincando”.

No entanto, algumas mulheres reconhecem este discurso como machista e trazem muitas frases de impacto que podem refletir na sua estabilidade emocional. Segue algumas delas: “[...] nos subestimando de fazer algo [...]”; “[...] nos desencorajando a seguir os estudos nas áreas rurais [...]”. (F.A. – aluna). “[...] fato de não ter só colegas, mas professores que desmotivam a tentar”. (R.S. – aluna). “[...] é bem desafiador para nós mulheres [...]” (V.E. – aluna). “[...] como se nós não tivéssemos capacidade [...]” (R.S. – aluna). “Eu como mulher fico insegura para fazer algo aqui, porque o medo de virar piadinha acabou me impedindo de fazer muitas coisas no curso”. (R.S. – aluna).

A partir da análise percebeu-se que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas na esfera cultural e social e essa ideologia tenta convencer que a divisão dos papéis entre eles é naturalmente determinada pela

condição biológica. A partir disto, a próxima subcategoria traz o discurso machista na sociedade e na família

5.1.3. O discurso machista na sociedade e na família:

Apesar do trabalho realizado em prol dos direitos femininos e igualdade de gênero, atualmente o discurso da mulher frágil, de quem deve cuidar do lar, dos filhos e do marido ainda persiste na sociedade. As famílias possuem suas regras e normas da vida social e a partir da educação dos filhos se transmite e perpetuam estas crenças machistas em relação às mulheres.

Em vários relatos das alunas apareceu que a família não concorda com o fato delas frequentarem o curso de agropecuária devido a esse não ser um “papel social” das mulheres:

“[...] acho que as mulheres ainda sofrem com muito preconceito diante da sociedade, ainda mais quando fazem trabalhos ou cursos considerados que devem ser feito apenas por homens”. (M.E. aluna).

“[...] os que mais falam normalmente são os colegas, porque tem pessoas que vem de famílias com ideias do passado que a mulher tem que ser submissa ao homem, já muitos professores ampliam seus conhecimentos deixando essas ideias para trás”. (M.N. aluna).

Desde muito nova sempre ouvimos nos falar: "deixa pra ele, lida no campo é coisa de homem". (V.B. – aluna).

“Meu pai sempre cuidou de cavalos, eu sempre estive nesse meio, desde que me conheço por gente ele sempre dizia: "não te mete que isso não é coisa pra guria." (V.B. aluna).

Em algumas sociedades o machismo tende a ser maior que em outras e, conseqüentemente, as instituições lá inseridas também. Uma ex-aluna do IFFar relatou ter frequentado o curso no Instituto em duas cidades diferentes e a mesma notou a diferença no grau de preconceito em relação às mulheres no curso.

Sardenberger (1994) traz que apesar da subordinação das mulheres ser considerada milenar e universal, esta pode variar em modo e grau de intensidade de acordo com a época, local e classe social. Além de haver cidades com uma cultura mais machista, há também a prevalência da crença entre os idosos, pois viveram em uma época em que este discurso era mais consistente na sociedade.

“Minha experiência no curso foi muito boa, eu estudei em dois campus diferentes, primeiro eu fui para o IF de Alegrete, e lá convivi com muito machismo de parte de colegas, que acham que ‘mulheres não podiam fazer as coisas’, daí por motivo de mudança de cidade vim transferida para o IF de São Vicente do Sul, que totalmente outra realidade, um campus que tem a mente mais aberta, ainda dá bem pra ver que tem machismo, homofobia e outras coisas, mas não é como o de Alegrete, eu me senti mais confortável fazendo o tec em svcs, eu sentia mais respeito no campus, mesmo que ainda tenho isso de o curso ser denominado para homens e falarem que mulher é um sexo frágil.” (N.R. - ex aluna).

“[...] agora realmente o preconceito é pequeno, e vem muito de alguns familiares mais velhos, porém muito pouco”. (K.R. – aluna).

“Alguns professores mais velhos do curso privam as meninas de fazer o ‘trabalho mais pesado’ dizendo que é trabalho de homem”. (R.S. - aluna).

As crenças reproduzidas na sociedade vão passando pelas gerações e se tornando natural para as pessoas, assim, alguns comportamentos tidos hoje como negativos podem ainda ser vistos como algo normal e cotidiano no meio social. Assim, em comunidades e regiões mais tradicionais e interioranas o discurso machista tende a ser mais forte e conseqüentemente mais difícil a desnaturalização de conceitos. Como se verifica no relato abaixo.

“[...] muitos dos rapazes que estudam no instituto são de regiões do interior gaúcho, onde acabam crescendo em contato com uma cultura machista que vem de gerações e tendem a reproduzi-la no meio em que vivem, estudam e trabalham”. (L.N. aluna).

Da mesma forma, famílias as quais já quebraram barreiras e desafiaram os modelos esperados pela sociedade, trazem um discurso feminista de direitos e possibilidades às mulheres. Sendo assim, o relato da aluna abaixo nos mostra que já há mudança de paradigmas e de comportamento na sociedade, fruto, provavelmente, das políticas públicas e reflexões em prol das mulheres.

“Eu sempre fugi um pouco do padrão do curso de rurais, minhas bases familiares que eram minha mãe e minha irmã faziam cursos de humanas, então discussões sobre o papel da mulher na sociedade, igualdade de gênero enxergar as pessoas como pessoas independente de qualquer coisa fizeram parte da minha criação. Educação essa que levei comigo para o curso de agropecuária, onde tentava mostrar isso de forma sutil para os meus amigos e as vezes discutia um pouco mais feio a respeito com colegas mais preconceituosos que tinham um discurso carregado de preconceito”. (N.C. – ex aluna).

Observou-se a partir dos relatos das mulheres que outra dificuldade encontrada ocorre na hora de procurar emprego, estágio e seguir no curso. Como se nota na fala das meninas, ainda é muito difícil ocupar esse lugar que antes era destinado somente aos homens, é uma luta diária.

“Todo o dia acontece alguma coisa. Hoje tenho 23 anos de profissão e consigo lidar melhor com o constrangimento. Infelizmente tive colegas extremamente competentes que desistiram. Acontece na sala de aula, com os colegas, com as chefias, com os produtores assistidos, enfim em todos os ambientes”. (P.A. – professora).

“[...] ainda o total de mulheres neste curso é baixo. Formamos mais Agrônomas e Técnicas, mas o mercado ainda não absorve as mulheres na totalidade”. (P.A. - professora).

Intrínseco nas relações e naturalizado em nossa sociedade, além do poder de gênero, há o poder de classes. Isto é possível verificar na fala da L.E.: “A gente passa por piadinhas machistas, e ainda tem que ficar quietas pelo fato de tu ser apenas uma aluna”. (L.E. – aluna). Como se o fato de ser aluna não permita que se questione o abuso de poder.

A Instituição educacional, assim como a sociedade no geral, também traz resquícios de uma cultura patriarcal e de posses do homem sobre as mulheres. Segundo Antoniassi Almeida (2014)²⁵, a educação é permeada por uma relação de poder pois o professor, antigamente, era o único detentor do conhecimento e o transmitia de forma autoritária como uma verdade absoluta. Estas relações de poder pelas quais se submetem os alunos na instituição escolar o direcionam para a obediência. Como consequência formam-se indivíduos submissos e acrítico. Como exemplo deste processo tem-se o discurso acima feito pela aluna L.E., a qual afirma que por ser aluna tem que aguentar as piadinhas machistas.

²⁵ Doutor em Educação (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos). Mestre em Educação (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), Graduado em Pedagogia - Licenciatura Plena (UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho").

Almeida (2014) relata que esta autoridade perante o aluno vem se enfraquecendo ao longo dos anos, no entanto, ainda há resquícios de uma educação punitiva e controladora.

Débora Cordeiro (2017)²⁶ afirma haver um sentimento histórico de posse na cultura da sociedade na qual as mulheres eram subjugadas ao seu marido, inclusive na jurisdição. Há um romantismo em relação a esta posse e a violência passional uma vez que, na maioria das vezes, o agressor não tem antecedentes criminais e é visto como um homem trabalhador e bom pai. Esta visão deturpada e romantizada, segundo o autor, constrange e gera insegurança da vítima para denunciar. Há, inclusive, a falta de confiança nas instituições públicas responsáveis, uma vez que estas também carregam vestígios de uma ideologia patriarcal. Abaixo segue o discurso de uma profissional que atua no NUGEDIS e caracteriza este sentimento de impunidade e da cultura de poder hierárquico dentro da instituição escolar:

“Infelizmente, percebo que a cultura do medo e a própria vergonha impeçam que a maioria das situações seja denunciada pelas estudantes. Além disso, situações como condução inadequada, exposição da vítima e impunidade dos acusados reforçam a sensação de que "não vai dar em nada e ainda vou me prejudicar". (F.R. – professora).

Para muitas pessoas este discurso machista e de poder hierárquico em relação as mulheres na agropecuária é considerado algo normal e sem maldade. Na próxima subcategoria será trabalhado essa naturalização e as consequências para as mulheres na hora de fazer estágio e trabalhar na área da agropecuária.

5.1.4. Naturalização de discursos machistas:

Se faz presente em vários relatos das alunas, ex-alunas e professoras o discurso de que não há comportamento machista na instituição. No entanto, algumas mulheres se contradizem e em outros momentos relatam o preconceito no meio acadêmico. Já outras não relatam nenhum comportamento, porém, suas colegas de turma veem discursos preconceituosos dos colegas e professores da

²⁶ Graduanda no curso ABI Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

turma. Nesse sentido, percebe-se que ocorre um processo de naturalização, pois o discurso machista é tão comum na sociedade que algumas pessoas acabam por vê-lo como algo natural. “Alguns colegas e professores geralmente não se dão por conta mas são muito machistas” (M.N. - aluna).

Há pessoas que agem de maneira machista e não conseguem ver sua atitude como preconceituosa. A fala da aluna M.N. de que às vezes os professores e colegas não percebem que seus comportamentos são machistas, reafirmam a naturalização das crenças.

Monteiro, Villela, Soares (2014) relatam que o preconceito e a discriminação fazem parte de um processo social que produz desigualdade em vários quesitos sociais, como gênero, raça e sexo. O resultado deste processo é a naturalização dos comportamentos de discriminar e ser discriminado. As pessoas geralmente evitam falar de preconceito e justificam o comportamento como algo positivo e natural.

“Não dizendo que ele fazia isso como uma forma de machismo, mas sim porque é enraizada uma cultura de que mulher não pode fazer tal coisa porque é serviço pesado, é coisa de homem de verdade”. (V.B. - aluna).

Nesta fala a aluna acredita que o professor não é machista, mas sim, a cultura que ele está inserido. Esta fala permite pensar que a aluna não vê a pessoa como machista, como se fosse natural ser assim devido a cultura que se vive.

“Este preconceito muitas vezes velado e outras vezes declarados. O preconceito velado se dava no momento de escolher um estudante para representar a instituição ou no processo seletivo para bolsas, a preferência sempre era dos meninos. Em outros momentos os professores em sala de aula apontavam as mulheres no sentido de desmotivar a nossa presença no ambiente profissional, dizendo que não conseguiríamos emprego. Realmente sempre foi mais difícil para as mulheres, precisamos ter muito mais qualificação para podermos ter a oportunidade”. (P.A. professora).

Quadros (2017) chama de “violência velada” o fato de as pessoas muitas vezes não perceberem que estão sofrendo algum tipo de constrangimento ou preconceito, pois o comportamento é considerado normal naquele meio. A cultura machista faz com que as crenças fiquem naturalizadas nas pessoas levando a uma dificuldade em poder desmistificar certos conceitos, como por exemplo, ver

que algumas atitudes no curso são machistas e preconceituosas em relação às mulheres. “No meu instituto os professores sempre foram parceiros e sem preconceito sobre haver mulheres no curso [...]” (L.T. – aluna); “Sou tratada com igualdade na maioria das vezes, e sou incentivada a seguir na área”. (M.L. – aluna).

“Eu sempre fui livre para fazer as mesmas tarefas que pessoas do sexo masculino, pois os professores incentivam todos a fazer as mesmas tarefas indiferente se forem considerados do sexo feminino ou masculino, então me sinto muito bem fazendo o curso [...]” (M.R. – aluna).

A aluna M.L. relata que é tratada com igualdade, mas ressalta que isso ocorre na maioria das vezes. Ao usar a expressão “maioria das vezes” a discente acaba por afirmar de forma mais branda de que existe o preconceito.

“Mas dentro do campus acho que isso já é bem desconstruído porque temos as mesmas oportunidades apesar de às vezes os professores acharem nas práticas que não estamos aptas ou não temos força para realizar determinadas atividades”. (I.A. - aluna).

Da mesma forma, I.A. acredita que o preconceito já está desconstruído no campus, pois possuem as mesmas oportunidades que os meninos, no entanto, em um segundo momento, relata que ainda os professores acreditam que elas não estão aptas para realizar as tarefas propostas. Fica claro que a primeira resposta, geralmente, é a de que não há o comportamento preconceituoso, mas pensando melhor, sempre há algo a se dizer que nos mostra que persiste o estigma.

“Já presenciei comentários machistas (na forma de “brincadeira”) por parte de um colega, mas creio que não tenha a ver com a área ou o curso e sim com o caráter individual”. (A.Z. - professora).

Nesta fala da professora, ela afirma ter os comentários machistas em forma de brincadeira, mas não consegue ligar tal atitude ao curso, mas sim ao caráter individual da pessoa. Isto aparece como uma forma de negar que o curso em si ainda tem a cultura machista.

Outro momento de dificuldade em perceber o discurso sexista segue na fala de S.V.:

“Em relação aos professores: eles são maravilhosos que mantêm sempre o respeito e sempre colocando as mulheres a fazer a mesma coisa que todos e sempre perguntando se queremos ou não!” (S.V. – aluna)

Percebe-se na fala acima que para a aluna os professores perguntarem se as meninas querem ou não realizar uma atividade é uma atitude positiva e não uma forma de discriminação. No entanto, no momento em que os professores perguntam somente para as alunas se elas querem participar já estão afirmando que há a possibilidade de não serem capazes executarem a prática.

As alunas relatam que sofrem o preconceito e constrangimentos e possuem consciência disto, como por exemplo, na hora de fazer estágio ou no momento de arrumar um emprego. Quadros (2017) chama de “violência revelada” este comportamento.

“[...] ademais, acredito que o maior desafio seja na busca de estágio e na inserção no mercado de trabalho posteriormente, já ouvi relatos de amigas que não puderam realizar estágio onde desejavam por motivos de não haver alojamento para mulheres, ou até mesmo porque determinado funcionário da empresa tem uma esposa ciumenta. No mercado de trabalho, ainda existe um grande preconceito acerca da mulher, que não tem seu trabalho visto com credibilidade e tendo que, na maioria das vezes, se sobressair de forma muito grande para conseguir um cargo em relação a um homem”. (F.A. – aluna).

“Durante meu estágio muitas das propriedades que eu fui tem como tradição receber assistência apenas de homens e apesar de eles não falar nada diretamente a mim eu me sentia mal por saber que meu conhecimento e meu esforço durante o curso não eram valorizados da mesma forma que de um homem pelo simples fato de eu ser mulher”. (I.A. - aluna).

“Ao longo dos anos no curso sofri preconceito tanto por meio de colegas como de docentes, após conclusão do curso no mercado de trabalho sofri grande preconceito em minha cidade por eu ser mulher, vi os olhares quando donos de agropecuárias olhavam meu currículo e não acreditavam em meu potencial por ser mulher, até hoje sinto dificuldade de encontrar um emprego em meu curso”. (K.S. - ex-aluna).

“Ao entrar na sala de aula um menino disse em voz alta: “Ué uma mulher vai dar aula de agricultura”? Respondi: “Sim, sou a professora de Agricultura Geral”. Estava iniciando na instituição então para ele não era comum mulheres ministrarem disciplinas na área agrícola. No IFFar/SVS do total de Agrônomos no Curso somos duas mulheres”. (P.A. - professora).

Apesar das conquistas no que se refere aos direitos femininos, percebe-se que as mulheres ainda enfrentam dificuldades para inserirem-se no ambiente

agropecuário, uma vez que este prioriza o técnico do gênero masculino na hora da contratação. Segundo o Censo agro - 2017 em 81% dos estabelecimentos agropecuários são homens que trabalham, enquanto em 19% são as mulheres que ocupam estes espaços.

“[...] já ouvi relatos de constrangimento e preconceito em empregos, onde as mulheres de certa forma são menosprezadas, e isso faz com que surja um certo ‘medo’, insegurança para o futuro no mercado”. (S.B. – Ex aluna).

“[...] quando fui realizar o estágio final tive alguns empasses, como por exemplo, meu supervisor me avisou que os produtores iriam me tratar diferente pelo fato de ser mulher e realmente, para eles, eu não era uma técnica que estava a trabalho e que seria capaz de transmitir algum conhecimento”. (O.L. – ex aluna).

Quanto a coleta dos dados realizados com as professoras, percebe-se que as mesmas tiveram bastante dificuldade em expor suas vivências e opiniões sobre o assunto, poucas responderam o questionário, como apresenta a tabela 1. Acredita-se que a dificuldade maior seja pelo fato de expor os próprios colegas ou até mesmo porque elas, professoras, algumas vezes, repetem o comportamento machista dos homens e acabam por naturalizar a situação. É importante salientar que nem todas as professoras possuem formação na área rural. “Eu nunca passei por algum constrangimento, mas percebo que existem alguns colegas que são machistas”. (L.P. – professora).

No total de 35 questionários de alunas e ex alunas 22 mulheres marcaram que já sofreram preconceito por estarem cursando agropecuária e 29 conhece alguém que já passou pela situação no curso ou fora dele. (Ver gráfico 2 e 3 na pág. 59). Percebe-se que a maioria das mulheres tem conhecimento de que há o comportamento machista na agropecuária e reforça que ainda precisamos propor reflexões e debates objetivando derrubar crenças dentro da Instituição e na sociedade.

A partir da discussão desta categoria em conjunto com as subcategorias é possível concluir que o curso de agropecuária do IFFar - *campus* São Vicente do Sul ainda é permeado pela visão machista e patriarcal de antigamente. Verificar gráfico 1 (pag.57). Percebe-se que os discursos machistas vindos dos

alunos, professores e sociedade ainda interferem no emocional de algumas mulheres e até mesmo no seu direito de escolha frente ao curso. “Atualmente as mulheres já ganharam mais espaço no curso, mas acredito que sim, ainda tenha preconceito”. (L.C. – aluna).

A próxima categoria que será apresentada mostra que algumas mulheres possuem conhecimento do preconceito existente durante e depois da formação no curso, no entanto já há um processo de mudança de crenças e comportamentos em busca da superação de barreiras existentes neste meio historicamente masculino e patriarcal.

5.2. Possibilidades

Apesar de todo esse discurso machista, a sociedade está em um processo de valorização das mulheres, de luta de direitos e igualdade de gênero. Este movimento em prol das mulheres possibilita a inclusão delas em meios sociais antes considerados somente dos homens. As políticas públicas são movimentos importantes que envolvem toda a sociedade e amplia o conhecimento sobre a valorização das mulheres, dando, portanto, força para a contínua participação feminina em todos os espaços sociais. Este movimento, como se vê na tabela 1 (pag. 53), se reflete também no curso de agropecuária, o qual vem trazendo aumento significativo no número de alunas e profissionais da área.

“[...] aos poucos está se desconstruindo essa ideia de que a mulher não pode ser das áreas rurais. Pois antes, predominavam os homens como alunos. Hoje, tem turmas, como exemplo a minha, que tem mais mulheres ocupando o espaço”. (E.L. - aluna).

As mulheres, através das lutas e mobilizações, começam a superar o discurso machista e fazer valer seus direitos de igualdade. Percebe-se que o discurso machista ainda existente no IFFar e na sociedade em geral, no entanto, mesmo assim aumentou, significativamente, o número de mulheres no curso de agropecuária do *campus* - São Vicente do Sul. Estes dados são possíveis de verificar na Tabela 2 da página 56. Ressalta-se que este crescimento é resultado do trabalho mundial de conscientização da sociedade em favor da valorização das mulheres e da luta por seus direitos.

Atualmente existem programas com o objetivo de incentivar e informar as mulheres que elas possuem o direito à uma vida livre de discriminação e violência, assim como também, o trabalho em prol da igualdade de gênero na sociedade.

“Nos dias de hoje a mulher está cada vez mais ganhando reconhecimento e ocupando cargos que antigamente eram considerados apenas para homens”. (L.T. - aluna).

Destacou-se dentro da análise uma subcategoria de enfrentamento dos desafios vinculada a um empoderamento feminino. Nesta será discutido o que essas mulheres estão fazendo no curso para mostrarem que possuem a mesma capacidade e direitos que os homens.

5.2.1. Políticas públicas: em busca do empoderamento feminino:

Empoderar as mulheres é dar o direito para que participem integralmente de todos os setores da economia e da sociedade. Mageste, Melo, Ckagnazaroff (2008) trazem que o empoderamento feminino implica na ideia de que as mulheres possam decidir sobre suas próprias vidas nos espaços públicos e privados. As políticas públicas vêm permitindo que as mulheres extrapolem seu papel relegado como mãe e esposa, superando algumas posturas paternalistas.

Inclusive, Botton; Strey (2018) defendem a importância de se promover programas de empoderamento feminino e de promoção de igualdade de gênero já na infância. Esta premissa, segundo as autoras, permite que desde crianças já se proporcione o conhecimento dos benefícios e motivos da necessidade de uma vida com menos desigualdades.

Desde a infância os marcadores de gênero são constituídos e incorporados à identidade de meninas e meninos e, dependendo da situação, podem gerar condições favoráveis em relação a desigualdade de gênero. As autoras Botton; Strey (2018) alertam ser necessário que a criação e a educação de meninas e meninos sejam pautadas nos critérios da igualdade entre os gêneros e na não discriminação. Nesse sentido, o trabalho com o público infantil pode contribuir com o aprendizado de uma educação não sexista e livre de discriminação na sociedade.

A partir dos relatos das mulheres concluiu-se que a maioria acredita que o curso de agropecuária ainda é machista. No entanto, esta ideologia arcaica não é barreira para desmotivar algumas mulheres a seguir no curso e promoverem mudanças de crenças e atitudes em relação à sua atuação em cursos da área rural. Os relatos são claros e sempre apresentam uma conjunção adversativa como o “mas”, separando assim, a frase em dois momentos: barreira/enfrentamento:

“Antes eu sentia que não era tão capaz de realizar algumas atividades quanto os meninos. Mas tive muitas experiências incríveis, e vi que nós meninas somos tão ou até mais capazes que os meninos, seja para lidar com plantas, lavoura ou animais” (E.Y. - aluna).

“Ainda existe muitos pensamentos machistas, mas não podemos nos deixar abater por isso, devemos fazer o que quisermos sem importar com o que os outros pensam”. (M.N. – aluna).

As políticas públicas mundiais com o objetivo de conscientizar a sociedade dos direitos das mulheres e da importância de elas fazerem valer seus direitos já vem trazendo resultados positivos. Hoje, algumas mulheres já enfrentam as dificuldades e se impõe frente a realidade da discriminação.

“[...] isso nunca desmotivou a mim ou minhas colegas sobre o curso que escolhemos, infelizmente tem que fazer um esforço e passar por cima disso, tem vezes que chegamos a bater de frente com alguns professores por causa desses comentários que às vezes passam dos limites, não acho errado tentar mudar essa realidade”. (C.A. – aluna).

“Nós mulheres estamos mostrando a força da mulher no agro, está sendo uma experiência muito boa, pois, não só pelo fato de eu ser mulher, mas nós sim, fizemos a diferença nesse curso. Lugar de mulher é aonde ela quiser, inclusive dentro de um curso de agropecuária, mesmo que alguns professores ou colegas discordam disso”. (E.B. – aluna).

“Mas é bom poder mostrar que mulher pode sim ser uma técnica em agropecuária”. (L.E. – aluna).

Na fala da aluna C.A. fica claro o comportamento dela de enfrentar aqueles que não acreditam no potencial feminino.

Percebe-se que já existem mulheres as quais enfrentam os desafios que surgem no decorrer da formação e posteriormente no mundo do trabalho. Na hora de arrumarem um estágio e um emprego elas vêm provando para a sociedade em

geral que possuem potencial para a realização das atividades percebidas como para homens e, conseqüentemente, proporcionam a reflexão e a conscientização de seus direitos.

“[...] mas a gente sempre mostra ao contrário pra eles, pq também somos capazes de fazer o que eles fazem, mas pra mim é bem satisfatório, eu me sinto bem e gosto do que faço”. (V.E. – aluna).

“Nos tempos de hoje já está sendo mais aceitável a presença da mulher na área rural. As mulheres estão se empoderando mais e mostrando sua capacidade”. (E.L. - aluna).

“O que é inútil, pois nós mulheres muitas vezes nos saímos melhores que muitos homens nas práticas”. (A.A. - aluna).

“Possuímos conhecimento da técnica, do processo e de todo o contexto. É assim no meu entender que mostramos que somos capazes e somos boas naquilo que fazemos “É com ações!” e “Amando o que faz!”. Nós mulheres não devemos ter medo de nada, temos que nos por de igual para igual nos respeitar, pois, só assim vamos ganhar respeito, mostrar para o que viemos, ter competência e fazer bem feito assim vamos garantir nosso espaço. Como diz a veterinária e produtora rural Ana Helena Paiva, “tem que mete a cara não ter medo, chegar a uma propriedade firme mostrar para o que tu vieste”. (M.G. – ex aluna).

Através da pesquisa bibliográfica acerca da história das mulheres no mundo concluiu-se que ela inicialmente era contada por homens. No entanto, atualmente, com a luta das mulheres na busca de igualdade de direitos e trabalhos realizados em prol das mesmas, percebe-se que essa história começa a ser narrada por elas, a partir do olhar crítico da realidade. Sendo assim, é possível detectar na fala de algumas alunas que já há outro discurso frente às dificuldades encontradas no caminho da formação profissional e que essas vêm sendo enfrentadas na maioria das vezes a partir de discursos de lutas em busca do empoderamento feminino.

[...] “mostramos que sim, conseguimos realizar todos os trabalhos propostos em aula”. (A.D. - aluna).

A maioria das ex alunas que contribuíram com a pesquisa, através de seus relatos, trouxeram que trabalham na área da agropecuária após sua formação ou cursam uma faculdade ligada as áreas rurais. No momento em que elas persistem na mesma área de atuação reforçam suas crenças de empoderamento e possibilitam a reflexão da sociedade como um todo em relação

ao preconceito de gênero. A fala da ex aluna M.G. traz os desafios enfrentados por ela na hora de trabalhar, porém, mesmo assim ela continuou os estudos na área rural:

“[...] logo que me formei no técnico fiquei trabalhando por 1 ano e 6 meses em uma cooperativa na minha cidade. Nesse local de trabalho era um pouco complicado, pois tinham muitas pessoas que “duidavam” do que eu falava às vezes, mas, eu não respondia nada para elas, explicava e apenas mostrava que sabia fazer e muitas vezes melhor de que muitos homens”. (M.G. – ex aluna)

O comportamento de enfrentamento das dificuldades e o sentimento de empoderamento vivenciado pelas mulheres tornam-se importantes, uma vez que, estão modificando a imagem tradicional da mulher desrespeitada, negligenciada, invisível e sem voz. Também é possível perceber que a maioria das mulheres que participaram da pesquisa sentem-se bem cursando agropecuária, mesmo com todo o discurso sofrido durante a formação e posteriormente.

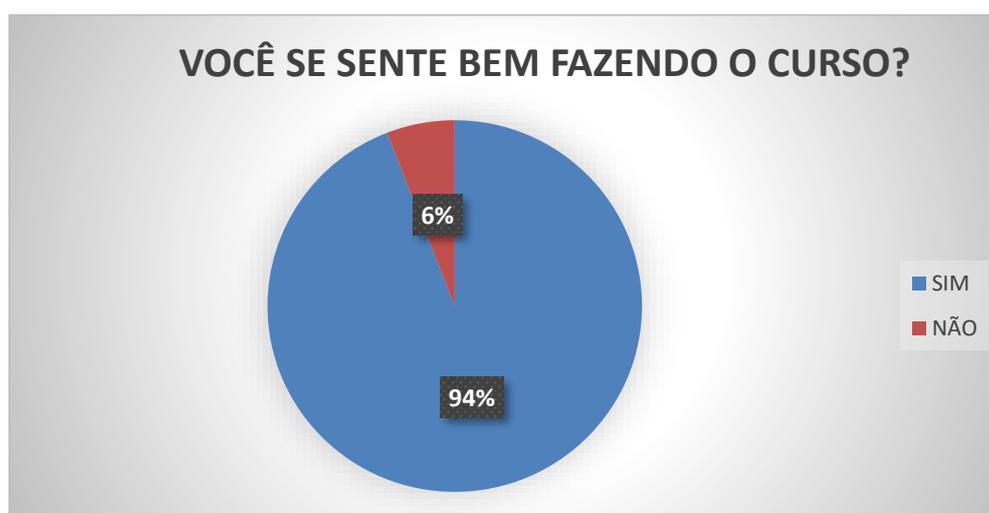


Gráfico 4 - Respostas referente a pergunta do questionário: Você se sente bem fazendo o curso?

Atualmente no IFFar existe o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - NUGEDIS tem como objetivo desenvolver políticas e ações que objetivam promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos a partir de debates e reflexões referente às questões de gênero e diversidade sexual. No discurso de algumas alunas apareceu o relato de atividades realizadas no NUGEDIS, no entanto, a maioria afirmou não ter conhecimento do que é realizado sobre as

mulheres no núcleo. Segue o discurso de algumas mulheres que relataram o trabalho desenvolvido do grupo:

“Há um grupo de estudos sobre pautas feministas. Eu participava efetivamente do grupo no primeiro ano e durante algum tempo no terceiro semestre, mas acabei saindo por conta dos meus horários... O grupo é ótimo, agora eles estão levantando pautas da situação das mulheres negras. Fazem algumas intervenções no Campus, hoje mesmo houve um teatro do grupo”. (U.A. – aluna).

No entanto, sabe-se que esta política de empoderamento feminino é atual e que antes, como se verifica na fala da professora P.A., não existia nenhum núcleo na Instituição que fosse responsável por questões de discriminação das minorias, no caso, as mulheres. “Não existia nenhum órgão institucional de apoio neste sentido. Na Agronomia éramos invisíveis ao curso. Era comum ter aula com 60 alunos e eu ser a única mulher”. (P.A. professora).

No Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFFar de São Vicente do Sul, segundo a responsável, são realizadas ações em âmbito individual e coletivo. No que se refere ao atendimento individual, é feito o acolhimento da pessoa que busca ajuda, fornece-se orientações e encaminhamentos conforme a situação de cada um.

Quanto ao atendimento coletivo, este é feito a partir de divulgações, sensibilização e formação de estudantes e servidores. Para essa demanda, em alguns momentos, convidados externos são chamados para trabalharem temas pertinentes ao objetivo do núcleo. Em outros momentos os docentes e integrantes do NUGEDIS junto aos discentes que possuem proximidade com a proposta de trabalho realizam intervenções expositivas, dialogadas e artísticas com a finalidade de discutir e refletir temas que ainda precisam ser desnaturalizados na sociedade.

Além disso, segundo a profissional do NUGEDIS e o relato de algumas alunas, há no campus o projeto de ensino Café Cor o qual periodicamente aborda temáticas relacionadas ao empoderamento feminino. “[...] dentro do Café Cor, por exemplo, são discutidos temas semanalmente como a valorização da mulher”. (F.A. – aluna).

Segundo a profissional do núcleo, as estudantes normalmente procuram que mais próxima ou acessível no momento em que a demanda ocorre ou até mesmo com servidores com os quais já possuem um vínculo estabelecido. Muitas vezes esses servidores já foram integrantes do serviço, facilitando o acesso dos responsáveis do NUGEDIS às informações.

O que se percebe é que este assunto do empoderamento feminino ainda é um tema de importância secundária e naturalizado no campus, fato é que apenas uma docente relatou trabalhar em sala de aula o assunto sempre que necessário. “Enfrento desafios, mas os enfrento e faço as discussões em sala de aula. Maior dificuldade: professores homens”. (L.L. – professora).

Mageste, Melo, Ckagnazaroff (2008) afirmam que apesar das mulheres reconhecerem que não há equidade de poderes entre os dois sexos, feminino e masculino, nas relações de trabalho, ainda assim, elas deixaram de se posicionarem como vítimas. Através do reconhecimento de suas competências elas demonstram a possibilidade de competir de igual para igual. “Todo dia é um novo dia. Todo dia precisamos provar que somos competentes e capazes”. (P.A. – professora).

A partir desta subcategoria percebe-se que há um trabalho em prol dos direitos das mulheres sendo realizado no campus, no entanto, ainda alcança um número pequeno de discentes. Boa parte das alunas não possuem conhecimento do que é realizado em prol das mulheres, porém, também é possível concluir que a luta das mulheres para ocuparem esses espaços culturalmente masculinos vem aumentando e a partir disto tenta-se desnaturalizar esses conceitos machistas enraizados na sociedade.

Com o objetivo de melhor visualizar o que as mulheres do curso de agropecuária do IFFar/SVS vêm ouvindo de professores, colegas e da sociedade se montou um quadro com algumas palavras, sendo elas positivas e negativas. Percebe-se que há discursos que desmotivam essas mulheres a seguirem a caminhada, no entanto, já é possível ouvir palavras de enfrentamento e força e relação aos limites impostos pelo outro.

LIMITES	ENFRENTAMENTO
Nos subestimando	Somo tão ou até mais que os meninos
Desencorajam	Não podemos deixar abater
Desmotivam	Nunca me desmotivou
Desafioso	Bater de frente
Fico insegura	Mostrar o contrário
Me pedindo	Lugar de mulher é onde ela quiser
Menosprezo	Mulher pode sim

Quadro 2: Lista de palavras positivas e negativas ouvidas pelas mulheres do curso de agropecuária do IFFar/SVS.

De acordo com a pesquisa nos documentos da instituição referente ao número de meninas matriculadas no curso, concluiu-se que, conforme tabela 2 na página 56, houve aumento significativo no decorrer dos anos em relação aos homens matriculados. Estes dados confirmam que as mulheres estão se inserindo em meios sociais tidos antigamente como “lugares de homens” e que elas vêm lutando diariamente com o objetivo de provar que gênero não é divisor de potencialidades.

CAPÍTULO 6: PRODUTO EDUCACIONAL:

Tendo esta pesquisa como um dos objetivos a construção de um produto educacional o qual facilite o ensino-aprendizagem do aluno, optou-se pela construção de um objeto de aprendizagem o qual será discutido neste capítulo.

6.1 Proposta – Objeto de Aprendizagem (OA)

Sabe-se que na década de 90 o principal material de apoio para o ensino-aprendizagem era o impresso, atualmente, com o avanço da tecnologia e o acesso às redes surgiram a necessidade de novos formatos de materiais didáticos. A partir disso surge, segundo Carneiro; Silveira (2014), os Objetos de Aprendizagem (OA) com o objetivo de facilitar o processo de ensino-aprendizagem de forma lúdica, interativa e mais atrativa.

De acordo com a ideologia pedagógica e políticas públicas dos Institutos Federais acredito ser importante o uso de OA no ensino, uma vez que este está de acordo, também, com a realidade midiática mundial. Destaco, inclusive, que uma aula a partir de uma dinâmica com vídeos informativos é mais atrativa do que

o uso de folders impressos, além do que, o papel facilmente é descartado e a mídia pode ficar disponível por mais tempo e em mais de um lugar, atingindo bem mais público alvo.

Segundo Carneiro; Silveira (2014), OA é um material didático e digital que funciona como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Para que isso que ocorra é necessário que o mesmo apresente os objetivos pedagógicos e seja estruturado de forma que possa ser reusado em atividades diversas e em vários cursos.

Nesse sentido, optou-se por construir um objeto de aprendizagem como produto educacional, sendo o tema central, a construção histórica acerca da mulher na sociedade e tipos de violência de gênero. A partir da avaliação deste, verifica-se a eficiência e a satisfação dos usuários acerca do uso deste como material didático e de apoio no ensino de qualquer conteúdo e componente curricular.

6.2 Descrição do produto:

O objeto de aprendizagem que foi construído consiste em um arquivo do Power Point composto por 21 slides e organizado da seguinte forma: Slide 1: Neste slide inicial tem as orientações de uso do objeto de aprendizagem. Slide 2: título/tema. Slide 3: Sumário com todos os assuntos trabalhados: autoria, objetivos, conhecimentos, linha do tempo, empoderamento feminino, tipos de violência e violência de gênero. Do slide 4 até o 20 é trabalhado todos os assuntos referente ao slide 2 através do qual a pessoa os acessa a partir dos links existentes. Slide 21: Traz referência de aplicativos utilizados e a licença Creative Commons.

Todas as páginas apresentam uma seta que ao ser clicada volta ao sumário ou à página inicial. Como se percebe, o produto é bem interativo e a pessoa que o manuseia pode escolher o que gostaria de ver e aprender.

O documento completo pode ser visualizado no portal educacional online EDUCAPES: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/561188>.

6.3 Avaliação e resultados:

Para realizar a avaliação do produto educacional proposto enviei via e-mail o objeto de aprendizagem para todas as mulheres que participaram da pesquisa. No momento as questioneei da eficiência do material no que se refere ao conhecimento proposto nele e da percepção em relação ao design e apresentação do produto.

Como retorno, obteve-se um bom resultado em relação a eficiência do produto, como se percebe nos relatos a baixo:

“[...] está rico de conhecimentos essenciais, principalmente para nós mulheres, e acredito que nós devemos nos unirmos cada vez mais devido a estes fatores apresentados [...]”. (K.S. – ex aluna).

“Eu achei uma forma bem lúdica de abordar o tema sem ser pesado, gostei bastante, pois tem informações que a maioria das pessoas não sabem”. (N.T. – ex aluna).

Considerando a avaliação realizada a respeito da eficiência do produto, conclui-se que o objetivo do Objeto de Aprendizagem foi alcançado, sendo, portanto, um material didático eficiente e que traz um retorno positivo para a reflexão, debates e conhecimento a respeito das mulheres no decorrer da história. Nas questões respondidas foi ressaltado a importância do OA trazer praticidade para o uso e a dinamicidade do manuseio para a construção de um eficiente conhecimento. Ressalta-se a importância deste como meio de trabalho em sala de aula proporcionando a reflexão e o debate entre os alunos e a possibilidade de mudança de crenças a respeito do ser mulher dentro da instituição.

CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Chegando ao final deste trabalho percebe-se o quanto é difícil desconstruir ideias e crenças estabelecidas no passado, como o discurso histórico do modelo de mulher submissa, frágil e impotente. Mas também é importante ressaltar que as lutas feministas e as políticas públicas movimentam estas crenças e trazem as mulheres para meios antes não permitidos a elas.

Tendo em vista a parte teórica estudada a respeito do assunto se chegou a conclusão de que as mulheres vêm de uma construção histórica de invisibilidade na sociedade. As crenças referentes ao modelo de “homem” e de “mulher” vieram passando de geração para geração e perpetuando a discriminação e o machismo em todos os níveis de convívio social. A naturalização desses atos, atitudes e valores atribuídos às mulheres contribuem para uma figura feminina submissa e incapaz de realizar atividades vistas como masculinas.

O curso de agropecuária e o trabalho na área rural, conseqüentemente, ainda são considerados, culturalmente, práticas para homens. Historicamente estes possuem a força física necessária para a realização das atividades e as mulheres, consideradas frágeis, não apresentam preparo para este tipo de afazeres. No curso de agropecuária do campus de São Vicente do Sul constatou-se o aumento considerável no número de alunas matriculadas em relação aos meninos em um tempo de dez anos, no entanto, como já discutido na análise, ainda há o preconceito de gênero dentro e fora da Instituição.

Atualmente as mulheres ainda encontram dificuldade para arrumar um estágio na área, assim como também, um trabalho depois de sua formação. Persiste na sociedade a imagem da mulher frágil, submissa e do lar, referência ligada ao sexo biológico feminino. A partir da análise dos questionários foi possível depreender muitos discursos machistas e desencorajadores referente a capacidade das mulheres em realizar as atividades durante e após a sua formação, informando que sim, o curso de agropecuária do IFFar/SVS ainda é permeado por discursos machistas e sexistas.

Porém, apesar desta ideologia ainda estar presente na sociedade, foi possível reconhecer um movimento positivo em relação à atitude das mulheres frente aos obstáculos vivenciados. Como exemplo é possível explanar que todas as ex alunas que responderam o questionário estão trabalhando na área ou fazendo um curso de graduação relacionado às áreas rurais.

Tendo em vista este cenário mundial, deu-se início, através de políticas públicas, campanhas em busca da igualdade de direitos a partir de gênero.

Direitos básicos, como educação e cidadania passaram a ser temas de reflexão e discussão em diversos momentos políticos e sociais. A caminhada é longa, mas o progresso já é visível.

A fim de não ficar somente na parte teórica do assunto buscou-se através da coleta de dados na agropecuária do IFFar/SVS verificar o quanto esta construção histórica interfere dentro deste curso considerado, culturalmente, para homens. A partir dos dados estatísticos do número de matrículas em um intervalo de dez anos na instituição foi possível concluir que sim, as mulheres estão superando barreiras e entrando no curso de agropecuária. Inicialmente elas eram praticamente inexistentes nas turmas.

A partir dos questionários analisados foi possível depreender que algumas mulheres estão se mostrando capazes de realizar as atividades e sentindo-se empoderadas frente aos discursos machistas. Muitas delas enfrentam e lutam pelo seu espaço no curso e fora dele, agindo de forma a desnaturalizar crenças e comportamentos tidos como normais pela sociedade patriarcal.

Ressalta-se que mesmo a maioria das mulheres relatando ser o curso historicamente machista e terem vivenciado experiências preconceituosas devido ao seu gênero, ainda assim, elas afirmam sentir-se bem realizando o mesmo. Percebe-se que mesmo elas tendo conhecimento dos discursos machistas e das dificuldades encontradas na prática cotidiana da agropecuária, algumas já se sentem autossuficientes e não se abalam com as barreiras existentes. Penso que algumas delas nem percebem estes discursos como algo ruim e desanimador já que ainda é, para algumas pessoas, algo naturalizado na sociedade.

As políticas públicas mundiais e inclusive do IFFar são meios que estão auxiliando de forma lenta, mas positiva, o empoderamento feminino. No entanto, acredita-se ainda ser necessário um trabalho mais efetivo de desnaturalização de discursos, principalmente dentro do curso, uma vez que foi grande o número de relatos machistas no momento das atividades práticas.

Sendo um dos objetivos do Mestrado em Educação, Profissional e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha a construção de um produto educacional que dê conta das dificuldades institucionais, foi desenvolvido um objeto de aprendizagem. Esse teve como objetivo a divulgação, reflexão e conseqüentemente a desnaturalização de conceitos históricos referente as mulheres na sociedade. Através da avaliação realizada pelas participantes da pesquisa concluiu-se que o (OA) é um meio efetivo de aquisição de conhecimento de uma forma interativa e prática.

Sabe-se que o produto educacional desta pesquisa é uma contribuição para o IFFar, uma vez que a pesquisa foi desenvolvida no campus de São Vicente do Sul. No entanto, há a possibilidade deste ser utilizado em outros campi do Instituto Federal e até mesmo em outras instituições de ensino, estabelecendo uma reflexão a respeito do assunto de forma mais abrangente na sociedade. Neste sentido, a expectativa de socialização do produto educacional será alcançada, proporcionando o conhecimento sobre a pesquisa, a ampliação dos espaços de discussão e a conseqüente desnaturalização de crenças e verdades estabelecidas historicamente no que se refere ao ser mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução: Sexualidade Feminina na Colônia**. In: PRIORE, Mary Del (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2018, 45 - 77.

ALMEIDA, Antoniassi. Relações de poder no cotidiano escolar: análise e reflexões da relação aluno-escola. **Revista Educação Por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 274-285, jul.- dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.14445>. Acesso em out. 2019.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres, educação e religião: as interfaces do poder numa perspectiva histórica. **Revista Mandágora – Gênero, Religião e Políticas Públicas**. São Paulo, v. 13, n. 13, p. 52-63, 2007. ISSN 2176-0985. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5554/4540> Acesso em mar. 2019.

BOTTON, Andressa; STREY, Marlene Neves. Educar para o empoderamento de meninas: apostas na infância para promover a igualdade de gênero. *Revista Inc.Soc.*, Brasília, DF, v.11 n.2, p.54-66, jan./jun. 2018. Disponível em:

[file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/4109-12578-1-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/4109-12578-1-PB%20(2).pdf). Acesso em dez. 2018.

BRASIL, **Concepções e Diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica** – Ministério da Educação, 2010

BRASIL, Decreto n. 9.613/46. **Lei orgânica do Ensino Agrícola**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em jan. 2019.

BRASIL, Lei 11.892. **Lei da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em nov. 2018.

BRASIL, LDB. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em out. 2018.

BRASIL. **Constituição do Brasil 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em nov. 2018.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Ano 2004, vol.12, n.1, pp.205-227. ISSN 0104-026X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Acesso em fev. 2012.

CARDOSO, Vera Lúcia. Tese Doutorado. **Inserção das mulheres: um estudo sobre a presença feminina nas escolas de educação profissional no Brasil**. 2016. 300 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais. PUC, SP, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/19314>. Acesso em mar. 2019.

CARNEIRO, M. L. F.; SILVEIRA, M. S. Objetos de Aprendizagem como elementos facilitadores na Educação a Distância. **Educar em Revista**, Edição Especial n. 4/2014, p. 235-260. Editora UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe4/0101-4358-er-esp-04-00235.pdf>. Acesso em mai. 2019.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados, MS. Editora UFGD, 2014.

CORDEIRO, Débora Cristina da Silva. **Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores?** Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/DEBORA-CRISTINA-DA-SILVA-CORDEIRO.pdf>. Acesso em out. 2019.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e Família Burguesa**. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto, 2018, 223 - 240.

FERNANDES, V. C.; RIBEIRO, V. **Fragilidade feminina e força masculina: o currículo dos sexos em aulas de educação física.** Notandum, ano XXI, n. 47 mai. - ago. 2018 - Iji - Universidade do Porto. Disponível: <https://doi.org/10.4025/notandum.47.5>. Acesso em: out. 2019.

FONSECA, A. D.; MADUREIRA, Valéria S. F. A globalização e o segundo sexo. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília (DF) 2003 maio/jun. Pg. 306 – 309. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n3/a18v56n3>. Acesso em: mar. 2019.

FONSECA, Cláudia. **Ser mulher, mãe e pobre.** In: PRIORE, Mary Del (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2018, 510 - 553.

FRANCO, Maria Laura P. B. Ensino Agrícola a Nível de 2 Grau: Do Discurso Oficial à Necessidade de Conhecer a Realidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 53, p. 03-09, maio 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1371/1372>. Acesso em mai. 2019.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO – Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 7, suppl. 1, pag. 67 – 82, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000400004>. Acesso em dez. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

GOMES, Gisele Ambrósio. **História, mulher e gênero.** Disponível em: <WWW.ufjf.br/virtu/files/2011/09/historia-mulher-e-genero.pdf> Acesso em fev. 2019.

IBGE – Estatística de Gênero – Indicadores Sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica** n.38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em jan. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero – Censo Agro 2017.** Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produutores.html. Acesso em: abr. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Disponível em: www.iffarroupilha.edu.br. Acesso em: nov. 2018.

JACILENE, Maria Silva (Diagramação e Revisão). **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda.** Recife, 2019. Recife: Disponível em: Kindler Amazon. Acesso em jan. 2019.

LAUQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula.** In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo. Editora Contexto, 2018, 443 - 481.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MAGESTE, G. S; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações.** In: V Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO) da ANPAD, 2008, Belo Horizonte/MG. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>. Acesso em nov. 2019.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo, Cortez Editora, 2002.

MONTEIRO, S. S.; VILLELA, N. V.; SOARES, P. S. É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. **Revista *Physis*** [online]. 2014, vol. 24, n.2, pp.421 – 440. ISSN 0103 – 7331. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000200421&lng=pt&tlng=pt. Acesso e jan. 2020.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces. **Revista *Ciência & Educação***, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132006000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em nov. 2019.

ONU MULHERES. **Garantir os direitos humanos das mulheres no Brasil e no mundo.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em fev. 2019.

ONU BR. **Nações Unidas no Brasil.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/?s=mulheres/>. Acesso em fev. 2019.

PAULILO, Maria I. S. O Peso do Trabalho leve. Departamento de Ciências Sociais- UFSC. **Revista *Ciência Hoje*** - nº 28/1987. Disponível em: <https://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em nov. 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados.** In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo. Editora Contexto, 2018, 607 - 639.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo. Editora Contexto, 2018.

QUADROS, Ailse de Cássia. **A Trajetória e Desafios das Alunas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. Tese (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. BA, 2017. Disponível: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2017/06/Ailse-de-C%C3%A1ssia-Quadros.pdf>. Acesso em mar. 2019.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2018, 578 - 606.

RAMINELLI, Ronald. **Eva Tupinambá**. In: PRIORE, Mary Del (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2018, p. 11 - 44.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de Politecnia** – Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, Fundação Osvaldo Cruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: FERRETTI, C.J. et al (org.). Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SARDENBERG, C. M. B., COSTA, A. A. A. In: BRANDÃO, Margarida L. R., BINGEMER, M. C. L. (org). Seminários Especiais – Centro João XXIII. **Mulher e relações de gênero**. São Paulo. Editora Loyola, 1994.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **De colona a boia-fria**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2018, 554 - 577.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2018, 362 - 400.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues Sampaio. **Gênero e escolha profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14602/1/2015_MariaLuizaRodriguesSampaioDeSouza_tcc.pdf. Acesso em jan. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo. Editora Alameda Casa Editorial, 2017.

TORRÃO, Amílcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos Pagu – Portal de Periódicos [online]. 2005, n.24, pp.127-152. ISSN 0104-8333. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100007>. Acesso em jan. 2019.

ANEXOS

Anexo I**QUESTIONÁRIO PARA AS ALUNAS:**

Obrigada pela sua participação, ela é muito importante para o desenvolvimento deste trabalho.

1. Você acha que o curso de Agropecuária é historicamente considerado masculino?

() Sim

() Não

2. Você se sente bem emocionalmente fazendo o curso de Agropecuária?

() Sim

() Não

3. Você já sofreu algum tipo de constrangimento ou preconceito por estar fazendo este curso?

() Sim

() Não

4. Você conhece alguém que já passou por constrangimento ou preconceito no curso?

() Sim

() Não

5. Relate sua experiência enquanto mulher no curso:

Anexo II

QUESTIONÁRIO PARA AS EX ALUNAS:

Obrigada pela sua participação, ela é muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

1. Você acha que o curso de Agropecuária é historicamente considerado masculino?

() Sim

() Não

2. Você se sentia bem emocionalmente fazendo o curso de Agropecuária?

() Sim

() Não

3. Na época em que você fazia o curso sofreu algum tipo de constrangimento ou preconceito por ser mulher?

() Sim

() Não

4. Você conhece alguém que já passou por constrangimento ou preconceito no curso?

() Sim

() Não

5. Qual o ano você entrou no curso? Tinham muitas meninas ou não?

6. Você trabalha na área ou faz outro curso? Se sim, qual?

7. Relate sua experiência enquanto mulher no curso de agropecuária:

Anexo III**QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS:**

1. QUAL SUA FORMAÇÃO?

2. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL?

3. CASO SUA FORMAÇÃO SEJA NAS ÁREAS RURAIS, RELATE COMO FOI O TEMPO DE FACULDADE EM RELAÇÃO AO PRECONCEITO COM AS MULHERES QUE ESTAVAM EM CURSOS CONSIDERADOS HISTORICAMENTE MASCULINOS?

4. NA ÉPOCA EM QUE FAZIA FACULDADE EXISTIA ALGUM TRABALHO EM RELAÇÃO AO EMPODERAMENTO DAS MULHERES?
() SIM () NÃO

5. ATUALMENTE COMO É PARA VOCÊ TRABALHAR EM UM CURSO CONSIDERADO HISTÓRICAMENTE MASCULINO?

6. VOCÊ JÁ PASSOU POR ALGUM CONSTRANGIMENTO OU PRECONCEITO POR ESTAR TRABALHANDO NO CURSO DE AGROPECUÁRIA?
() SIM () NÃO

Anexo IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

DESTINADO AOS PROFISSIONAIS DO IFFAR, OS QUAIS PODEM SER DO SEXO FEMININO OU MASCULINO E AS EX-ALUNAS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – AGROPECUÁRIA.

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada “Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha de São Vicente do Sul” através de uma entrevista tendo como objetivo “Verificar como vem ocorrendo ao longo dos anos a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFFAR campus São Vicente do Sul”. Você não é obrigado (a) a participar caso se sinta desconfortável.

Quanto às despesas e danos, informo que você não será remunerado pela sua participação e não terá gastos com a mesma já que o questionário será realizado via e-mail. Se porventura ocorrer algum gasto de outra ordem e que esteja vinculado a pesquisa, disponibilizo-me a ressarcir-lo mediante apresentação dos respectivos comprovantes. No que tange aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar entendemos que, uma vez que seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos não ocorrerão. Cabe destaque que trabalharemos tão somente com questionários. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente. Em sendo necessário processo reparatório ou indenizatório farei consulta a procuradoria jurídica do IFFar e/ou instância cabível e seguiremos sua orientação.

Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita à algum risco, sendo ele imediato ou tardio. Quanto a esta pesquisa, acredita-se que a coleta de dados através de questionários pode fazer com que você ao responder não se sinta confortável emocionalmente, seja porque pode mexer com sentimentos e vivências ruins anteriores ou por insegurança frente ao sigilo nas respostas. Com o objetivo de minimizar os riscos você pode optar por não responder alguma pergunta caso se sinta desconfortável ou desistir de continuar. Se por ventura ocorrer algum desconforto emocional frente ao tema, você será encaminhado para ajuda psicológica com o psicólogo da Instituição.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por letras.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão o de conhecer como vem ocorrendo a inclusão das mulheres no curso de agropecuária da Instituição, assim como também, refletir sobre o tema na atualidade e como elas se sentem no local de ensino frente a um curso historicamente considerado masculino. O resultado da pesquisa possibilitará a construção de um produto educacional o qual permitirá a reflexão sobre o tema e a desnaturalização de pré-conceitos. Permitirá também a ampliação de políticas públicas em favor dessa inserção caso não esteja ocorrendo da forma mais adequada,

assim como também, a permanência das alunas no curso caso haja desistências devido ao preconceito de gênero.

Informo, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: Tuiuti, 1027, CEP 97015–661, Bairro Centro - Santa Maria – RS por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Gisiê Mello Balsamo. Após este período os dados serão destruídos.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão as pesquisadoras estudante de mestrado Gisiê Mello Balsamo e a professora orientadora responsável Catiane Paniz.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Havendo qualquer dúvida você ou seus pais ou responsáveis poderão realizar uma ligação a cobrar para o número da pesquisadora Gisiê Mello Balsamo (55) 98174-4702.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Gisiê Mello Balsamo

NÚMERO DO TELEFONE: (55) 9817-44702

ENDEREÇO: Tuiuti, n. 1027, apt. 406. Santa Maria – RS

Gisiê Mello Balsamo

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685

Santa Maria, Rio Grande do Sul – Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a respeito da minha filha serão sigilosos. Declaro também que estou ciente da gravação das respostas e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____

Data:

____/____/____.

Anexo V

TERMO DE ASSENTIMENTO

DESTINADO AS ALUNAS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - AGROPECUÁRIA

Prezada aluna, você está sendo convidada para participar voluntariamente de uma pesquisa intitulada “Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha de São Vicente do Sul”.

A pesquisa tem como objetivo “Verificar como vem ocorrendo ao longo dos anos a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFFAR campus São Vicente do Sul”. Este estudo está associado ao Mestrado em Educação Profissional e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha – *campus* São Vicente do Sul. A direção da Instituição está ciente e permitiu a realização da pesquisa.

A realização do estudo traz como benefícios conhecer como vem ocorrendo a inclusão das mulheres no curso de agropecuária da Instituição, assim como também, refletir sobre o tema na atualidade e como as mulheres se sentem no local de ensino frente ao curso historicamente considerado masculino. O resultado da pesquisa possibilitará a construção de um produto educacional o qual permitirá a reflexão sobre o tema e a desnaturalização de pré-conceitos. Permitirá também a ampliação de políticas públicas em favor dessa inserção caso não esteja ocorrendo da forma mais adequada, assim como também, a permanência das alunas no curso caso haja desistências devido ao preconceito de gênero.

Quanto às despesas e danos, informo que você não será remunerado pela sua participação e não terá gastos com a mesma já que o questionário será realizado via e-mail. Se porventura ocorrer algum gasto referente a pesquisa, disponibilizo-me a ressarcir-lo mediante apresentação dos respectivos comprovantes. No que tange aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar entendemos que, uma vez que seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos não ocorrerão. Cabe destaque que trabalharemos tão somente com questionários. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente. Em sendo necessário processo reparatório ou indenizatório farei consulta a procuradoria jurídica do IFFar e/ou instância cabível e seguiremos sua orientação.

Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita à algum risco, sendo ele imediato ou tardio. Quanto a esta pesquisa, acredita-se que a coleta de dados através de questionários pode fazer com que você ao responder não se sinta confortável emocionalmente, seja porque pode mexer com sentimentos e vivências ruins anteriores ou por insegurança frente ao sigilo nas respostas. Com o objetivo de minimizar os riscos você pode optar por não responder alguma pergunta caso se sinta desconfortável. Se por ventura ocorrer algum desconforto emocional frente ao tema, você pode solicitar para não responder ou caso já esteja respondendo, para não se aprofundar na resposta que estava dando, ou ainda, pedir para parar a entrevista. Caso seja

necessário, você será encaminhada para ajuda psicológica com o psicólogo da Instituição. Com o objetivo de minimizar os riscos você pode optar por não responder alguma pergunta caso se sinta desconfortável ou desistir de continuar. Se por ventura ocorrer algum desconforto emocional frente ao tema, você será encaminhado para ajuda psicológica com o psicólogo da Instituição.

Seu nome não será identificado em nenhum momento, sendo garantido o sigilo. Você será identificada com uma letra qualquer do alfabeto. Havendo qualquer dúvida você ou seus pais ou responsáveis poderão realizar uma ligação a cobrar para o número da pesquisadora Gisiê Mello Balsamo (55) 98174-4702.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão as pesquisadoras estudante de mestrado Gisiê Mello Balsamo e a professora orientadora responsável Catiane Paniz.

Este termo será redigido em duas vias, ficando uma cópia com você e outra com a pesquisadora.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Gisiê Mello Balsamo

NÚMERO DO TELEFONE: (55) 9817-44702

ENDEREÇO: Tuiuti, n. 1027, apt. 406. Santa Maria – RS.

Gisiê Mello Balsamo

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685

Santa Maria, Rio Grande do Sul – Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a respeito da minha filha serão sigilosos. Declaro também que estou ciente da

gravação das respostas e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data:

____/____/____.

Anexo VI

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha de São Vicente do Sul

Pesquisador responsável: Gisiê Mello Balsamo

Instituição: Instituto Federal Farroupilha - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Telefone para contato: (55) 981744702

Local da coleta de dados: Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de questionários via e-mail. Farão parte da pesquisa alunas do curso integrado ao ensino médio – Técnico em Agropecuária, profissionais da Instituição e ex-alunas do curso. Os profissionais poderão ser tanto do gênero feminino, quanto masculino. No entanto, os discentes serão somente do gênero feminino.

Informo, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: Tuiuti, 1027, CEP 97015–661, Bairro Centro - Santa Maria – RS por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Gisiê Mello Balsamo. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFFar em/...../....., com o número de registro Caae

Jaguari,.....dede 2019.

.....
Gisiê Mello Balsamo

Pesquisador Responsável

Anexo VII

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DESTINADO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DAS ALUNAS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - AGROPECUÁRIA

Sua filha está sendo convidada a participar da pesquisa “Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha de São Vicente do Sul.”

Os objetivos deste estudo consistem em verificar como vem ocorrendo a inclusão das mulheres no curso ao longo do tempo. Caso você autorize, sua filha irá participar de um questionário via e-mail. A participação dela não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir de participar. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que ele estuda.

Quanto às despesas e danos, informo que você nem sua filha serão remunerados pela participação e não terão gastos com a mesma já que o questionário será realizado via e-mail. Se porventura ocorrer algum gasto de outra ordem que esteja vinculada a pesquisa, disponibilizo-me a ressarcir-lo mediante apresentação dos respectivos comprovantes. No que tange aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar entendemos que, uma vez que seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos não ocorrerão. Cabe destaque que trabalharemos tão somente com questionários. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente. Em sendo necessário processo reparatório ou indenizatório farei consulta a procuradoria jurídica do IFFar e/ou instância cabível e seguiremos sua orientação.

Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita à algum risco, sendo ele imediato ou tardio. Quanto a esta pesquisa, acredita-se que a coleta de dados através de questionários pode fazer com que a aluna ao responder não se sinta confortável emocionalmente, seja porque pode mexer com sentimentos e vivências ruins anteriores ou por insegurança frente ao sigilo nas respostas. Com o objetivo de minimizar os riscos a discente pode optar por não responder alguma pergunta caso se sinta desconfortável ou desistir de continuar. Se por ventura ocorrer algum desconforto emocional frente ao tema, sua filha será encaminhada para ajuda psicológica com o psicólogo da Instituição.

A participação dela poderá contribuir para o conhecimento de como vem ocorrendo a inclusão das mulheres no curso de agropecuária da Instituição, assim como também, refletir sobre o tema sobre gênero feminino na atualidade, assim como, saber como elas se sentem no local de ensino frente ao curso historicamente considerado masculino. O resultado da pesquisa possibilitará a construção de um produto educacional o qual permitirá a reflexão sobre o tema e a desnaturalização de pré-conceitos. Permitirá também a ampliação de políticas públicas em favor dessa inserção caso não esteja ocorrendo da forma mais adequada, assim como também, a permanência das alunas no curso caso haja desistências devido ao preconceito de gênero.

Solicitamos a sua autorização para o uso dos dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome, o qual será identificado por uma letra.

Informo, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: Tuiuti, 1027, CEP 97015-661, Bairro Centro - Santa Maria – RS por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Gisiê Mello Balsamo. Após este período os dados serão destruídos.

Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Eu, _____ declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação da minha filha e: _____

() aceito que ela participe () não aceito que ela participe

São Vicente do Sul, de

Assinatura

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Gisiê Mello Balsamo

NÚMERO DO TELEFONE: (55) 9817-44702

ENDEREÇO: Tuiuti, n. 1027, apt. 406. Santa Maria – RS

Gisiê Mello Balsamo

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685

Santa Maria, Rio Grande do Sul - Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a respeito da minha filha serão sigilosos. Declaro também que estou ciente da gravação das respostas e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data:

____/____/____.